

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV  
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB  
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT  
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## SUMÁRIO

### 1 – ATAS

- 1.1 – 26ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
- 1.2 – Mesa da Assembleia
- 1.3 – Comissão

### 2 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 3 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 4 – ERRATAS



**ATAS**

## ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 12/8/2020

### Presidência do Deputado Cristiano Silveira

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – Orientações Gerais para a Reunião – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projeto de Lei nº 2.135/2020; Requerimentos nºs 5.309, 5.437, 5.902, 5.974 e 6.128 a 6.131/2020; Requerimento Ordinário nº 885/2020 – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Gustavo Santana, Sargento Rodrigues, Virgílio Guimarães e Betão e da deputada Andréia de Jesus – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Decisões da Presidência (2) – Despacho de Requerimentos: Requerimento Ordinário nº 885/2020; deferimento – Encerramento – Ordem do Dia.

### Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Carlos Henrique – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Santana – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Leite – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

### Abertura

O presidente (deputado Cristiano Silveira) – Às 14h6min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

**1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado Carlos Pimenta, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

**Correspondência**

– O deputado Carlos Henrique, 2º-secretário, nas funções de 1º-secretário, lê a seguinte correspondência:

**OFÍCIOS**

Do Sr. Davi Alcolumbre, presidente do Senado Federal, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.582/2019, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.749/2020, do deputado Zé Reis. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Joselito Rodrigues de Castro, diretor executivo da concessionária AB Nascentes das Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.945/2020, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Leônidas Oliveira, secretário de Estado de Cultura e Turismo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.923/2020, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do General Mario Lucio Alves de Araujo, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.499/2020, do deputado Bosco e outros. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Rodrigo Pacheco, senador da República, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.871/2020, da Comissão de Assuntos Municipais. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Reynaldo Passanezi Filho, diretor-presidente da Cemig, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.801/2020, da Comissão de Minas e Energia. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

**Orientações Gerais para a Reunião**

O presidente – A presidência, diante da emergência de saúde pública ocasionada pela Pandemia da Covid-19 e da importância da adoção de procedimentos de prevenção à infecção e à propagação do coronavírus, esclarece que a reunião ordinária será realizada de forma remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020, observando-se o disposto no inciso II do art. 14 e no art. 22 do Regimento Interno e nas demais normas regimentais aplicáveis, bem como as seguintes diretrizes:

1) Somente será registrada a presença nas reuniões de Plenário das deputadas e dos deputados que ingressarem na plataforma do Silegis ou no ambiente de videoconferência do Zoom;

2) Os parlamentares podem se inscrever, por meio da plataforma Silegis, para falar no Grande Expediente pelo prazo de 15 minutos, nos termos do art. 26, combinado com o art. 157, do Regimento Interno;

3) Será admitido aparte no Grande Expediente, que não excederá a 3 minutos, nos termos do § 1º do art. 162 do Regimento Interno. Para realizar aparte, os parlamentares devem se manifestar pelo *chat online*, escrevendo expressamente “aparte”;

4) Para arguir questão de ordem, nos termos do art. 166 do Regimento Interno, os parlamentares devem se inscrever pela plataforma Silegis, na aba “Reuniões/Plenário”;

5) Será cancelada a inscrição do deputado que, chamado, não estiver *online* no sistema de comunicação remota utilizado pela Assembleia. Nesse caso, o deputado deverá se inscrever novamente se ainda quiser fazer uso da palavra;

6) Havendo problemas técnicos ou perda de conexão, a presidência passará ao próximo parlamentar inscrito e, assim que o deputado voltar a se conectar, ele será chamado para continuar seu pronunciamento pelo tempo que lhe restar, desde que ainda não tenha sido encerrada a respectiva fase da reunião em que o pronunciamento estava sendo feito.

## 2ª Fase (Grande Expediente)

### Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

### PROJETO DE LEI Nº 2.135/2020

Acrescenta o art. 7º-A à Lei nº 23.630, de 2 de abril de 2020, que estabelece medidas a serem adotadas no âmbito das políticas públicas de recursos humanos durante o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia de covid-19, causada pelo coronavírus.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica acrescentado à Lei nº 23.630, de 2 de abril de 2020, o seguinte art. 7º-A:

“Art. 7º-A – Fica autorizada a prorrogação, nos termos do § 1º do art. 3º da Lei nº 18.185, de 4 de junho de 2009, até 31 de dezembro de 2020, dos contratos por tempo determinado na área de ensino superior, pesquisa e extensão que tenham término do prazo contratual durante a vigência do Decreto nº 47.891, de 20 de março de 2020”.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 7 de agosto de 2020.

Elismar Prado, vice-líder do Bloco Democracia e Luta (PROS).

**Justificação:** Chegou ao nosso conhecimento que, em meio ao estado de calamidade pública sanitária em razão da pandemia de Covid-19, vários contratos temporários na área da educação superior pública em nosso estado vencerão.

Por exemplo, 42 servidores temporários da área administrativa, técnicos e analistas universitários, da Uemg em Ituiutaba podem ser demitidos em 1º/10 em razão do término do prazo contratual. Isso representa cerca de 93% do corpo administrativo da Unidade Ituiutaba. Uma eventual substituição de quase totalidade dos técnicos e analistas universitários gerará uma infinidade de problemas à comunidade acadêmica.

A perda de servidores sem que seja possível a sua substituição por meio de concurso público impedirá o funcionamento e a prestação do serviço público essencial, caso não sejam prorrogados os contratos, pois estão proibidos os concursos públicos, não apenas pela impossibilidade de aglomeração durante a pandemia, mas em razão da LC nº 173/2020, que impõe a proibição até 31/12/2021.

Ainda, além da necessidade de continuidade do serviço público essencial, trata-se de questão humanitária que não sejam demitidas as pessoas que diligentemente vêm prestando serviços ao Estado.

Destarte, para cumprir o dever de continuidade dos serviços públicos, especialmente daqueles classificados como essenciais, e garantir o tratamento humanitário das pessoas que permitem seu bom funcionamento, há necessidade de que sejam prorrogados os contratos dos servidores públicos temporários na área de ensino superior, pesquisa e extensão cujos contratos findam durante o período de calamidade pública sanitária, até 31/12/2020.

Ante o exposto, conto com os nobre pares para aprovação urgente deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto ao Colégio de Líderes para análise de caráter de urgência, nos termos do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

### REQUERIMENTOS

Nº 5.309/2020, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja convidado o presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG – para prestar esclarecimentos sobre as linhas de crédito e demais ações disponíveis para os municípios e os empreendimentos de nosso Estado, em face da pandemia de covid-19. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.437/2020, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Mesa da Assembleia pedido de providências com vistas à construção de parceria com o governo do Estado para exibição, pela TV ALMG, das videoaulas produzidas pela Secretaria de Estado de Educação e voltadas para os estudantes da rede pública estadual, cujas atividades presenciais estão suspensas em virtude da pandemia de covid-19. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.902/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer sejam revistas as deliberações que regulamentam a apreciação remota de proposições legislativas no âmbito das comissões e do Plenário, tendo em vista a iminência da tramitação da reforma da Previdência nesta Casa, de tal forma a assegurar a realização de audiências públicas sobre o tema; a apreciação da matéria, em 1º e 2º turno, pelas comissões permanentes pertinentes, comissão especial e Plenário; o prazo para emissão de parecer previsto no art. 134 do Regimento Interno; a discussão, o encaminhamento de votação e o aparte nas reuniões para a deliberação remota das proposições; a apresentação de requerimento com conteúdo constante dos arts. 232 e 233 do Regimento Interno; a aplicação dos arts. 244, 246 a 248, 250, 267, 282, 306 e 307 do Regimento Interno; e demais atos necessários a um processo legislativo transparente e responsável. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.974/2020, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Mesa da Almg pedido de providências para prorrogação do prazo de discussão e votação dos projetos das reformas da Previdência e administrativa, enquanto durar a pandemia da covid-19, mantendo-se apenas a votação da questão das alíquotas de contribuição, para que seja atendida a determinação imposta pela reforma federal de que o tema seja tratado até o dia 31 de julho. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 6.128/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os bombeiros militares que participaram de operação, em 9/11/2019, quando evitaram um cometimento de suicídio no Município de Governador Valadares. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 6.129/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que participaram da ocorrência, em 10/8/2020, no Município de Contagem, que resultou na apreensão de aproximadamente 70 kg de maconha e 2 revólveres calibre .32. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 6.130/2020, do deputado Gustavo Mitre, em que requer seja formulado voto de congratulações com os advogados, na pessoa do Sr. Raimundo Cândido Júnior, pelo Dia do Advogado, celebrado em 11 de agosto. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 6.131/2020, do deputado Gustavo Mitre, em que requer seja formulada manifestação de apoio ao povo libanês, na pessoa do cônsul honorário do Líbano em Belo Horizonte, Sr. Edmundo Abi-Ackel, pela tragédia ocorrida nesse país, em 4/8/2020, quando um depósito que armazenava grande quantidade de nitrato de amônia explodiu no porto da capital, Beirute. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

### REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 885/2020

Do deputado Coronel Henrique em que requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 817/2019, de sua autoria.

**Oradores Inscritos**

O deputado Gustavo Santana – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, a minha fala aqui vai ser muito rápida, nosso presidente Cristiano, grande companheiro, amigo. Mas, presidente, o que eu peço a V. Exa., como faz parte da nossa Mesa, representa-nos aí no Parlamento, é que haja uma discussão um pouco maior sobre a reabertura dos trabalhos presenciais na Assembleia. É lógico que escutamos de várias partes, temos que escutar, mas nós também, Sr. Presidente, no meu ponto de vista, não podemos ficar mais tempo parados do que ficamos, não. Com responsabilidade e um trabalho muito sério que a Mesa teve – e eu participo e tenho orgulho de fazer parte desta legislatura –, a Assembleia fechou no momento correto, a Assembleia estudou todas as formas que poderia ser. Hoje, para os parlamentares entrarem no prédio, é aferida a temperatura, há álcool em gel em tudo quanto é lado. Mas nós sabemos que existem também as pessoas de grupo de risco, e vamos ter que respeitar esse grupo de risco. Todos são iguais aqui, mas que eles fiquem, neste momento, afastados, trabalhando remotamente.

Porque é o seguinte: não existe um estudo 100%, para falar a pessoa que é a mais entendida do coronavírus, não. O que sabemos, pelo que a gente tem escutado e pelos números que vão mostrando, é que nós vamos ter que aprender um novo jeito de viver, um novo jeito de trabalhar com o coronavírus. Agora, iremos adotar as medidas de segurança, as que tivermos que fazer.

Mas nós não podemos, Sr. Presidente, ficar de portas fechadas. Eu sou um deputado que tem o prazer de representar a maior parte dos votos que obtive no Mucuri, Jequitinhonha, médio, baixo, alto, um pouco no Norte, e estou sendo muito chamado pela minha base, pelos meus companheiros para a necessidade de receber pessoas, até num momento como esse, em que estamos falando de reforma de Previdência e outros temas. Então, isso viabiliza. Por mais que hoje tenhamos meios remotos de fazer muita coisa, nós não podemos de forma alguma...

Um exemplo agora é o que ocorre em Belo Horizonte: o Kalil anunciou a abertura do shopping – e eu lá acredito que demorou um pouco. Eu não estou aqui dando a minha opinião para criticar ou não, porque quando há vidas no meio é difícil tomar uma decisão, mas ninguém aguenta mais ficar com as portas fechadas, tanto é que abriram.

E nós temos que nos adaptar à nova realidade, é o novo jeito de se viver, é o novo jeito de trabalhar. Isso é o trabalho normal. O mercado está inventando um novo jeito devido ao coronavírus, mas nós não podemos ficar de portas fechadas. Esse é o apelo que faço a V. Exa., como um dos nossos representantes da Mesa. Um grande abraço a todos.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, V. Exa. está me ouvindo?

O presidente – Agora sim, deputado.

O deputado Sargento Rodrigues – Eu queria cumprimentar V. Exa., os colegas deputados e as colegas deputadas. Eu estava aqui me preparando para falar depois do deputado Delegado Heli Grilo e fui surpreendido com o chamamento.

Presidente, eu gostaria de destacar aqui dois assuntos muito importantes. Estou com o portal G1 aberto aqui, e ele está falando que a Polícia Militar cumpre ordem judicial para reintegração de posse de área em usina de Minas Gerais. Mais cedo, ouvindo as declarações de voto de alguns colegas deputados e colegas deputadas, ouvi as seguintes frases de uma deputada: “As famílias estão sendo ameaçadas pelas forças do Estado”. Eu estou falando aqui exatamente *ipsis litteris*, conforme aconteceu. Mais adiante, a deputada diz o seguinte: “As famílias estão sofrendo um ataque do estado”.

É bom que aqueles que estejam nos ouvindo neste momento saibam que a Polícia Militar cumpre ordem judicial. Reintegração de posse quer dizer que já houve o chamado devido processo legal. E, dentro do devido processo legal, o Ministério Público foi ouvido, a Polícia Civil foi ouvida e o Poder Judiciário, através do juiz competente. E aqui está muito claro: “Polícia Militar cumpre nesta quarta-feira, dia 12, uma ordem judicial para reintegração de posse em uma área ocupada por familiares do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, no Quilombo Campo Grande, zona rural da cidade de Campo do Meio. A determinação judicial da Vara Agrária é para a reintegração de posse da área da usina de Ariadnópolis. A área é ocupada por cerca de 450 famílias do MST”.

Eu quero deixar claro, presidente, que a Polícia Militar de Minas Gerais, instituição tão respeitada, a bicentenária Polícia Militar do bravo alferes Tiradentes, está cumprindo uma ordem judicial, e não cabe questionamento à ordem judicial. Não cabe ao coronel lá da região, ao tenente-coronel, ao major, ao tenente, ao soldado, ao cabo ou ao sargento questionar a ordem judicial. Cabe a eles cumpri-la, porque a ordem judicial chega com um oficial ou vários oficiais de justiça, que pedem o apoio da Polícia Militar. Então, a Polícia Militar de Minas Gerais está cumprindo uma ordem judicial na data de hoje.

Agora, o que me deixa estarecido nesse episódio de Campo do Meio, presidente, é que foi realizada uma audiência pública pela Comissão de Agropecuária e Agroindústria, presidida, à época, pelo deputado Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente desta Casa hoje, no dia 21/5/2018. E nessa audiência pública, o Sr. Jovane de Souza Moreira, produtor rural do Município de Campo do Meio, denunciou o líder do MST – o líder do MST – em uma série de crimes praticados lá, no acampamento do MST. Esse mesmo acampamento em que hoje a Polícia Militar cumpre uma ordem judicial de reintegração de posse. As denúncias eram em desfavor de Sílvio Cardoso Rabello, mais conhecido lá, em Campo do Meio, como Sílvio Neto, líder do MST.

Esse requerimento que trago em mãos aqui foi aprovado nessa reunião, pedindo a apuração; foi recebido no dia 7/8/2018 e aprovado nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, e publicada a decisão da comissão no dia 9/8/2018. Que denúncia nós fizemos naquela época? Esse cidadão que se dizia morador de Campo do Meio e se dizia líder do MST estava lotado no gabinete do 1º-secretário desta Casa, o então deputado estadual Rogério Correia. É uma denúncia gravíssima, muito grave. Como é que esse cidadão estava exercendo o cargo dele aqui, na Assembleia – e nós constatamos que era um cargo de 8 horas –, e, ao mesmo tempo, liderando o MST na cidade de Campo do Meio?

Então, é uma denúncia grave e que a gente viu aqui... (- Falha na transmissão do áudio.) ...falas como se a Polícia Militar fosse culpada. Não é a Polícia Militar que faz reforma agrária. Não é a Polícia Militar que leva a escola até o cidadão lá, na ponta da linha. Não é ela que cuida da saúde. Não é a Polícia Militar que faz o desenvolvimento regional, a política social, ou seja, não é a Polícia Militar que falhou para dizer que famílias estão desamparadas. A Polícia Militar tem uma missão constitucional definida na Constituição Federal e na Constituição do Estado... (- Falha na gravação do áudio.) ...Lei Complementar nº 5.301/69, que trata do seu estatuto.

Então, é muito estranho a gente ver aqui alguns colegas deputados e deputadas atacarem a instituição. Se quer atacar o governador Romeu Zema, pode ficar à vontade. Não sou aqui da base do governador Romeu Zema, não. Mas a Polícia Militar de Minas Gerais está cumprindo uma ordem judicial de reintegração de posse de um imóvel que é uma propriedade particular e que, certamente, os seus proprietários, utilizando-se do direito constitucional, o direito à propriedade, foram ao Poder Judiciário, exerceram o direito legítimo como proprietários, requereram, esperaram anos para que essa decisão chegasse ao presente momento, até o juiz definir que eles deveriam cumprir.

Então, Sr. Presidente, nós fizemos a denúncia, nós denunciemos. Nós pedimos que o Ministério Público apurasse, inclusive, por que o Sr. Sílvio Cardoso Rabello, mais conhecido como Sílvio Neto, líder do MST lá, no acampamento em Campo do Meio, objeto dessa discussão... Nós encaminhamos, e a Mesa da Assembleia não encaminhou. Inclusive, vou pedir à minha assessora para reiterar os termos do ofício pela Comissão de Segurança novamente, porque eu, até agora, não entendi como esse moço conseguia cumprir a carga horária trabalhando num cargo de recrutamento amplo aqui, na Assembleia, lotado no gabinete do deputado estadual, à época, Rogério Correia, e exercer atividade como líder do MST lá, em Campo do Meio.

Então, a denúncia é grave. Quem a fez não foi este deputado, mas o Sr. Jovane de Souza Moreira, numa audiência conjunta das Comissões de Agropecuária e Agroindústria e de Segurança Pública, realizada no dia 21/5/2018. Então, é uma denúncia grave.

Portanto, Sr. Presidente, essa é a primeira parte da minha fala. A segunda parte é entender o seguinte: nós temos uma pessoa muito conhecida aqui, em Belo Horizonte, chamada Maria Caldas, secretária municipal de Política Urbana, que cuida da fiscalização, da abertura ou do fechamento do comércio em Belo Horizonte. Essa mulher muito conhecida no meio político, Maria Caldas, segundo

consta, tem uma filiação partidária ligada à esquerda aqui em Minas Gerais e foi quem determinou a abertura dos shoppings centers aqui em Belo Horizonte, onde nós temos milhares de pessoas todos os dias.

Mas, por outro lado, temos aí o posicionamento de alguns colegas deputados que são contrários à Assembleia fazer uma reabertura gradual. Eu quero parabenizar o deputado Gustavo Santana, que trouxe aqui, de forma muito comedida, muito tranquila... É dessa mesma forma, deputado Gustavo Santana, que nós também encaminhamos. Nós já ficamos cinco meses com a Assembleia fechada, nós temos servidores nesta Casa que estão há cinco meses lá em casa, lá em casa, ou seja, em casa sem vir aqui trabalhar.

Então, é o momento. Todas as medidas que a Mesa da Assembleia poderia tomar já tomou, desde o início. Tomou de forma acertada? Tomou de forma acertada. Foi brilhante. Fez durante todo o período. Aprovamos todas as leis, Sr. Presidente, que foram necessárias: a lei que determina a utilização de máscara para se adentrar as dependências da Assembleia, dos comércios, do Estado inteiro, qualquer prédio público. Todas as providências e medidas profiláticas foram tomadas para se ingressar aqui nas dependências da Assembleia, como a aferição da temperatura do cidadão. Todos os gabinetes dispõem de álcool em gel – em toda entrada de gabinete. Ou seja, há tudo isso e também o conjunto de leis que foram aprovadas durante cinco meses.

Então, continuo insistindo com o presidente Agostinho Patrus. Hoje, por exemplo, aquelas mesmas pessoas que defendem o “fique em casa”, o lacrador... Muitas vezes, um deputado está aqui, querendo exercer seu mandato, querendo realizar audiência pública, querendo cobrar de uma autoridade pública estadual, querendo convocar um secretário de Estado, mas não pode, por quê? Porque a Assembleia permanece ainda com esse sistema de não permitir as audiências públicas, de não permitir que realmente a gente cumpra o nosso papel constitucional.

Então, quero aqui, presidente, encerrar e fazer um apelo ao presidente Agostinho Patrus, mais uma vez, e aos membros da Mesa. Nós precisamos reabrir gradativamente, com responsabilidade e com tudo aquilo que já foi implantado, os trabalhos da Assembleia, porque o cidadão que está lá fora, o contribuinte, aquele que paga o imposto está trabalhando. Então não justifica que nós aqui, da Assembleia, venhamos a deixar uma boa parte dos servidores cinco meses em casa, cinco meses em casa, enquanto o cidadão está lá no comércio, brigando contra o prefeito, pedindo ao prefeito, pelo amor de Deus – ao prefeito Kalil, de Belo Horizonte –, que o deixe trabalhar porque está mandando seus funcionários embora. Essas pessoas que recolhem o tributo, que pagam os impostos são as que pagam o meu salário de deputado e os salários dos deputados, juizes, promotores, procuradores e servidores públicos; e essas pessoas desejam também que o Parlamento retorne às suas atividades e venha trabalhar. Por quê? Porque lá fora o trabalhador está suando a camisa, trabalhando e sofrendo os impactos. Aqui, basta se fazer uma reabertura com tranquilidade, com serenidade, observando-se todos os cuidados, mas nós precisamos retomar as atividades.

Então, esse é o apelo, presidente, que deixo aqui para V. Exa., mais uma vez, e para o presidente Agostinho Patrus: que na próxima reunião da Mesa, reconsidere e possa fazer a reabertura gradativa dos trabalhos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Virgílio Guimarães – Sr. Presidente, deputado Cristiano, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, em primeiro lugar volto a me referir ao dia de hoje, Dia Internacional de Luta contra a Violência no Campo, dia de combate a esse tipo de violência. Somos contra todos os tipos de violência, mas hoje, no dia 12 de agosto, nós temos a marca do assassinato da líder dos trabalhadores rurais, a Margarida; é o dia em que ocorre a Marcha das Margaridas; é um dia comemorado no Brasil inteiro. Essa nossa referência de participação, de defesa dos direitos humanos, de direitos dos trabalhadores rurais foi barbaramente assassinada. É um dia, portanto, que merece ser lembrado.

Eu não quero aqui fazer polêmica sobre outras questões, mas o assentamento que lá está, aquela ocupação em Campo do Meio, já vem há muito tempo. Então, nesse momento, fazer a sua evacuação, a reintegração de posse, parece realmente absurdo. Não quero aqui discutir a decisão do juiz, que já vem, ele tem lá suas razões. Porém existem também outras decisões que estão em vigor. Não há porque deixar que essas famílias, que já plantaram, que têm suas colheitas a serem feitas este ano, neste momento, sejam despejadas. Não tem nenhuma razão. Não há nenhuma liminar. A liminar é para evitar, de uma maneira acautelatória, de uma maneira

urgente, que algo mais grave ocorra. Nada mais grave que tirar essas famílias de lá. Essa usina de açúcar, se é que tem razão, não tem nada para ser instalado amanhã, depois de amanhã, neste final de ano ainda, até porque não há condições para isso. Então é um absurdo.

Isso nada tem a ver com a condição funcional da liderança. Todos nós, parlamentares, ou quase todos, acredito, temos, nos nossos gabinetes, pessoas que são líderes, pessoas que estão no interior, em várias cidades. Podem ter em Campo do Meio, no Sul de Minas, no Norte de Minas. Eu tenho várias pessoas. Feliz é a assembleia que tem lideranças comunitárias, lideranças de movimentos importantes que façam parte de seus quadros. Isso tem de ser cobrado. Se elas efetivamente trabalham, nada tem a ver com a condenação apriorística porque alguém pode ser servidor, e nem todos têm de bater ponto aqui na sede da Assembleia Legislativa. Eu tenho muitos (- Falha na transmissão do áudio.) no interior, cumprindo diligentemente o seu trabalho.

Então eu queria, mais uma vez, fazer esse apelo aqui para que esse despejo não seja realizado. O momento não é propício. Depois vamos discutir até medidas já acertadas, já tomadas, com outras esferas, inclusive o Ministério Público e o próprio Judiciário, que já se pronunciaram sobre isso e há uma negociação em curso. Nada de violência, nada disso. Queremos que as coisas se resolvam de uma maneira justa, de uma maneira negociada, pacífica e que respeite o direito de todos.

Em segundo lugar, queria aqui voltar a um tema em que insisti muito há algum tempo e volto a insistir agora. Nós estamos nos preparando já para votar a reforma da Previdência em nosso estado. Eu tenho dito... Eu pessoalmente sou – e quero dizer isso com clareza – favorável a muitos pontos da reforma. Felizmente as reformas têm de ser feitas para ajustar as realidades do desenvolvimento econômico, as realidades econômicas, sobretudo as realidades da nossa população. Isso que é importante. Nós tivemos conquistas que depois se refletem na legislação. Se não refletirem na legislação, vão refletir na realidade.

Não é isso que está em discussão agora. Quero dizer que a situação do Estado é grave, essa gravidade foi acentuada pela crise do coronavírus. Portanto, nós temos de olhar muito mais a proteção da economia mineira, a proteção das finanças do Estado. Não é admissível, de forma alguma, que seja feita de uma maneira tão unilateral, apenas focar na reforma da Previdência e depois focar o reequilíbrio fiscal apenas no corte das despesas no Estado, sobretudo nas despesas de pessoal. Se isso não vier junto com medidas adequadas... Vou agora passar a insistir em todas as reuniões aqui para que nós possamos assumir, de uma maneira plena, a luta por aquilo que é possível para retomar o investimento.

Eu mesmo tenho um projeto que está aí desde o início do ano, que trata disso, inclusive para fazer a taxação desses gigantes, dessa pirataria digital, que são esses gigantes da comunicação virtual. Esse instrumento que estamos usando aqui agora, o Zoom, vale mais que a Petrobras hoje. O valor de mercado do Zoom, só durante a pandemia, cresceu mais que o valor da Petrobras inteira. E nós não os tributamos em nada.

Isso é inaceitável, isso é inadmissível, isso não pode continuar. Então, está na hora... Eu já declaro aqui que vou ficar junto do meu bloco, do meu partido, mas não me sinto à vontade para votar em hipótese nenhuma, regra nenhuma, se junto não vier uma votação também das medidas necessárias para combater a crise econômica. Fiz referência aqui à necessidade da tributação das exportações do ouro – no mínimo das exportações do ouro. Nós ficamos aí batalhando a questão. Eu, por solidariedade, me somei à luta da Assembleia, à luta do presidente da Assembleia, que entendeu que era um débito decorrente da compensação da Lei Kandir. Foi uma luta espetacular, mas não rendeu frutos, porque o acordo feito se refere a compensações ou repasses – eu não diria nem compensações – futuros. O que nós temos é de lutar por aquilo que é palpável, que é real, que é atual. Portanto, aplicar o ICMS nas comunicações, que são muitas vezes maiores... Só um desses gigantes da pirataria... Eu chamo de “pirataria” porque quem não paga nada para mim é pirata; não merece outro nome. Já ouvi isso, não é da minha lavra, mas é muito bem colocado. Essa pirataria que não paga nada em país nenhum do mundo vale muito mais do que a soma de todas as operadoras de telefonia fixa e de celulares do Brasil. Todas somadas, todas somadas, não têm valor de uma única dessas gigantescas empresas, que valem mais do que a Petrobras, mais do

que a Vale do Rio Doce, mais do que a soma dessas empresas todas juntas. E não pagam nada aqui, e nós ficamos discutindo exclusivamente a questão...

Eu acho que é necessária. Acho necessária. Quero dizer em alto e bom som aqui: muita coisa da reforma da Previdência é necessária, sim, mas eu me recuso a discuti-la se não vier junto com a retomada do investimento, com a taxação adequada da fortuna, com a taxação adequada das comunicações virtuais. Isso tem de vir antes. Se nós queremos até revogar a tributação das exportações do café – não sei se os cafeicultores de Minas aguentam isso... Para tributar o minério, para tributar a soja, para tributar o nióbio, eu quero que comece pelo menos a fazer aquilo que a lei já permite, que é a tributação do ouro. Minas está sendo sangrada. Nós ficamos aí lamentando o ouro que Portugal levou do Brasil no passado. Hoje, só Minas Gerais manda para fora muito mais ouro do que no auge do ciclo do ouro em Minas, e ninguém fala nada. Ficamos aí falando o tempo inteiro de receber a compensação da Lei Kandir, que eu não sei se existe ou não existe. O certo que eu sei é que a evasão do ouro existe. Isso eu sei que existe. Só Minas Gerais manda para fora 40t de ouro anualmente e está aumentando agora. O ouro já passou de R\$350,00 o grama, e nós não tributamos, não fazemos um movimento para tributar. Isso pode ser tributado, pode começar imediatamente, é um imposto que já existe, o valor já existe. O máximo é de 30% sem autorização legislativa. Só precisa de autorização legislativa se for até 150%. Vamos começar agora.

Então, lanço esse brado aqui. Nós precisamos retomar também as condições de investimento. Não são só as taxações e tributações que precisam ser feitas. Temos que fazer investimento, voltar o investimento. O mundo está abarrotado de recursos e não tem espaço para buscar a sua adequada locação em oportunidades de investimento. Nós devemos oferecer isso ao mundo, atrair as poupanças externas para alavancar o desenvolvimento sustentável de Minas Gerais, fazer a mineração saudável. Isto é importante que se diga: ou será saudável ou não haverá mineração; ou é saudável ou tem de cassar o direito minerário daqueles que não praticam a mineração saudável, seja ela a Vale do Rio Doce ou qualquer outra. Temos de encarar esses desafios.

Portanto, volto aqui a insistir: vamos colocar em pauta, porque essa é a pauta, essa é a pauta. Se nós já ultrapassamos o socorro imediato em relação à pandemia, nós temos agora que socorrer a economia mineira, os desempregados de Minas, os sem-terra mineiros, os “com terra” mineiros. Temos de socorrer os mineiros, já que vamos reabrir o comércio, mas ele estará em crise. Reabrir em crise... É preferível combater a crise também, e isso só será possível com medidas econômicas eficazes, robustas e sustentáveis. É esta colocação que faço aqui: vamos retomar a pauta permanente da Assembleia, que não é apenas o imediatismo da reforma previdenciária. Não, é sobretudo pensar na contribuição da Assembleia, sem esperar o comando de ninguém, nem do Executivo, nem de entidades empresariais, de ninguém. Compete à Assembleia, ao Legislativo legislar, e legislar é edificar o futuro, fazer e traçar o futuro da economia mineira e, portanto, da população mineira e do povo mineiro.

É o que tenho a dizer neste momento, e vou repetir isso até que pautemos efetivamente as soluções que estão ao alcance de nossas mãos.

O deputado Betão – Boa tarde, presidente. Hoje eu já falei na parte da manhã, mas faço questão de retornar aqui para falar mais uma vez do Quilombo Campo Grande, em Campo do Meio. Hoje é o Dia Nacional dos Direitos Humanos. E, como presente do governo Zema aos mineiros, estamos assistindo ao despejo de mais de 450 famílias. São crianças, idosos, trabalhadores rurais, pessoas do grupo de risco, que, em plena pandemia, estão sem ter para onde ir.

E, como vice-presidente da Comissão de Educação, Sr. Presidente, o que mais me afetou é que um dos primeiros lugares em que passaram com essa ação truculenta nessa madrugada foi na Escola Eduardo Galeano. Eu tenho uma foto aqui – é uma pena que não possa reproduzi-la – que mostra os trabalhadores tendo que retirar os livros no braço para levar para não sei onde. Então, em plena pandemia, estamos assistindo a essa situação aqui, em Minas Gerais.

Já não bastasse a tramitação da reforma da Previdência em plena pandemia, na data de hoje, ocorre a retirada de 450 famílias que estão produzindo numa fazenda há mais de 20 anos, que é uma massa falida, Sr. Presidente. Há muita desinformação, inclusive entre os deputados, sobre como funcionam essas ocupações destinadas à reforma agrária. Normalmente são grandes

empresas que faliram e que devem milhões de reais aos trabalhadores, ao INSS, ao fundo de garantia, e cujas fazendas são destinadas como pagamento inclusive para a reforma agrária. E são exatamente essas fazendas que são ocupadas pelo MST, como aqui próximo a Juiz de Fora, a antiga Fazenda Fortaleza de Sant'Anna, que hoje é o Assentamento Dênis Gonçalves, onde você tem mais de 250 famílias assentadas, produzindo, abastecendo normalmente as escolas municipais das cidades vizinhas, como Goianá, Coronel Pacheco, São João Nepomuceno, e que antes não produzia nada, Sr. Presidente, e passou a produzir.

Foi feito então um acordo entre o Incra e o dono da antiga fazenda, e esses trabalhadores foram assentados. Agora, essa do Quilombo Campo Grande, que era uma antiga usina de cana, provavelmente é a mesma coisa, porque já estão lá há mais de 20 anos produzindo, produzindo inclusive café de exportação sem agrotóxico. O que faz o governo Zema? Permite que a polícia retire do local esses trabalhadores em meio ao processo de pandemia. Há muita discussão ainda para ser feita.

Então, faço questão de retornar agora, na parte da tarde, para poder, mais uma vez, denunciar essa barbaridade que já está na Comissão de Direitos Humanos. Nós precisamos agir e não podemos ficar calados.

Queria repercutir hoje também, Sr. Presidente, que Minas tem 170 mortes por Covid, um novo recorde de registros em 24 horas, 170 pessoas morreram de terça-feira para quarta-feira. Nós chegamos então a 3.783 mortos, mais de 160 mil contaminados e estamos crescendo. Belo Horizonte é a cidade com mais registros, mais de 25 mil casos, 722 mortes; Uberlândia, com 14.600 infectados e 275 óbitos; e Juiz de Fora, aqui na Zona da Mata, que registra quase 4 mil casos e 130 mortes, crescendo de forma assustadora no último período. Então essas cifras, esse número gigantesco de mortes que nós estamos atingindo aqui, no Estado de Minas Gerais, traz muita preocupação, no momento em que inclusive há muita pressão pela reabertura das lojas, dos shoppings, por parte dos comerciantes, mas é necessário um cuidado maior com essa situação que nós estamos vivendo. É um dos estados em que mais tem crescido. Enquanto outros estão declinando, nós estamos caminhando para um pico ainda desses casos de Covid em Minas Gerais.

Por fim, Sr. Presidente, eu gostaria de convidar os deputados, as deputadas e todos aqueles que estão nos acompanhando, para, a partir das 15h30min, assistir, pela TV Assembleia...

Sr. Presidente, parece que a transmissão caiu aqui.

O presidente – Continuamos ouvindo-o bem, Betão.

O deputado Betão – Obrigado, presidente. Parece que deu uma congelada aqui. Convido para assistir, pela TV Assembleia, a audiência pública na Comissão do Trabalho, que vai fazer uma discussão sobre a questão do Ipsemg e, obviamente, sobre essas mazelas que a reforma da Previdência, enviada pelo governo Zema, traz aos servidores públicos do Estado de Minas Gerais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A deputada Andréia de Jesus – Boa tarde, presidente. Boa tarde, colegas, deputadas e deputados, o dia é cheio hoje. E eu me inscrevo aqui para reafirmar o que a gente já vem defendendo desde o início da pandemia, que é o desafio que a gente vem enfrentando no campo da saúde, no campo da educação e agora com os conflitos territoriais que ainda continuam de forma muito impiedosa.

Hoje, de manhã, nós aprovamos mais alguns estados de calamidade em várias cidades. Infelizmente, a crise sanitária, sem tratamento, sem planejamento, sem investimento, principalmente na saúde primária, vai se estendendo. Infelizmente, em cinco meses, a gente ainda vê cidades que estão aí na fila para receberem a declaração de calamidade, para que possam também organizar as suas contas para enfrentarem essa pandemia.

No meio disso tudo, presidente e colegas, a gente está aqui, às vésperas da audiência que vai discutir a reforma da Previdência. Isso precisa ser dito, ser reafirmado: não é o momento de estar tramitando mudanças da Constituição, mudanças no regime de Previdência, quando infelizmente os servidores não poderão participar presencialmente dos debates. Então, por mais que a

gente tenha feito um esforço de garantir o seminário, de ouvir secretários e agora a própria audiência pública, para se debruçar melhor sobre as várias mudanças que o governo do Estado apresentou, nós deveríamos estar somando esforços para enfrentar esse número de mortes cotidianamente, que não pode ser naturalizado.

Nós, negros e negras, sabemos o que é ter sempre alguém da família sofrendo ameaça, porque a ausência do Estado no próprio território em que a gente vive significa exatamente uma violência constante. Mas nós estamos falando agora de um número de mortes que está comprometido por falta de políticas de saúde e prevenção. Há dados, inclusive apresentados pela Prefeitura de Belo Horizonte, de que as pessoas que estão morrendo têm outras doenças para além da contaminação pela Covid, pelo novo coronavírus. Então, aqui no Brasil, a pandemia cresce e mata; mas ela mata na periferia, mata pessoas que já tinham a sua vida comprometida com outras doenças, como a dengue, conforme hoje apareceu nos jornais. A dengue continua matando, a falta de saneamento continua matando, as pessoas continuam tendo a vida comprometida por hipertensão, por diabetes, por anemia falciforme. São comorbidades que perseguem as pessoas pobres, que perseguem as pessoas negras, as pessoas que vivem na periferia. Esses dados, presidente, deveriam servir para que o governo do Estado apresentasse para a sociedade mineira um plano de monitoramento das pessoas que já têm a saúde comprometida pela insegurança alimentar, pelo trabalho precarizado, pelas horas que ficam dentro do transporte público, que continua sendo o centro de contaminação, porque o transporte público ainda só atende aos interesses das empresas.

Então nós temos uma série de coisas para serem discutidas, e, infelizmente, o governo do Estado colabora com a necropolítica, apresentando projetos de diminuição do Estado, de perseguição aos servidores públicos, como o faz com essa reforma da Previdência neste momento, num estado de exceção, porque o estado de calamidade é um estado de exceção. Aceitar isso, carregar isso agora é um fardo a mais para os servidores, que, neste momento, já estão perdendo a vida na linha de frente da área da saúde. Servidores hoje foram obrigados a ir fazer um despejo, porque a reintegração de posse, essa disputa fundiária no Estado de Minas Gerais fica na mão da segurança pública, para dar encaminhamento.

Então é muito grave que, neste momento da pandemia, a gente esteja tentando salvar o que resta do Estado, porque o governador Zema trabalha, todo o tempo, para reduzir a atuação do Estado. E ainda temos que lidar com esse descumprimento das orientações dos tribunais de que, independente do momento jurídico em que os processos estiverem, este não é o momento de fazer reintegração de posse. E o pior de tudo é que o governo do Estado não apresenta alternativa digna para o despejo. Não há nenhuma recomendação dos tratados internacionais, da orientação que a própria OMS também publicou, de que as pessoas, neste momento, não podem aglomerar, e que qualquer movimentação do Estado tem que servir inclusive para garantir que as pessoas possam ficar em casa, para que as pessoas possam cuidar das próprias famílias, e que elas possam se prevenir para evitar novas contaminações. Mesmo com o número crescendo, nós estamos aí.

O Quilombo Campo Grande. É importante trazer esse resgate histórico, porque o Estado de Minas Gerais tem mais de mil quilombos. Se nós temos 853 municípios, só quilombos são mais de mil, declarados, reconhecidos pela Fundação Palmares. Essas terras são da União, elas precisam ser tituladas; é preciso ser preservada essa cultura, ser preservada a história do Estado de Minas Gerais. E uma reparação pela escravização e pelo grande crime praticado pelo Brasil, pela América Latina, que foi a diáspora africana; é trazer esse crime transatlântico que nunca se interrompeu.

Se hoje a gente está discutindo aqui, no momento de pandemia, várias pessoas morreram, e o governo do Estado autorizando famílias que produzem, que geram renda, que geram trabalho, que protegem a terra no meio das queimadas lá na Amazônia... Nós temos pessoas aqui, ao longo da história do Estado de Minas Gerais, que protegem a terra. Então é inadmissível que a gente esteja se deparando com um governo que está desmanchando o Estado, atacando e perseguindo pessoas. E a gente, neste momento, ainda tem que estar discutindo reorganização administrativa numa perspectiva de tratar um problema, que não é dos servidores públicos, mas sim resolver a crise fiscal e tributária do Estado de Minas Gerais.

Se, de fato, a gente quiser resolver, alavancar a economia, nós precisamos taxar as grandes fortunas, nós precisamos voltar a receber ICMS, impostos da mineração, do ouro que está indo embora. É esse o grande debate, a que, há anos, o Estado de Minas Gerais vem se furtando. Nós precisamos taxar a mineração e dar uma resposta digna para as políticas públicas para que a gente não volte a ver pessoas sendo presas, como aconteceu em Uberlândia, por estarem trabalhando. Nós estamos aqui incansavelmente descrevendo situações de violação de direitos humanos que vão para além das mortes que precisam ser explicadas para este governo. A economicidade e a eficiência são princípios que não batem com o resultado deste governo. As mortes é um problema que precisa ser respondido.

Para fechar, presidente, quero dizer que esta semana a gente também tem provocado muito a Sedese, a fim, de que a Secretaria de Desenvolvimento Social – que está ali abarcada por várias pastas, inclusive a de Direitos Humanos – tenha uma atenção maior para os casos de despejo que virão. A gente tem denunciado que a Mesa de Diálogo, por mais que ela ainda tenha se reunido trazendo alguns conflitos para o debate, ela tem sido um espaço infértil diante de um estado que não tem compromisso real com a habitação, não tem compromisso real com as políticas e com a reforma agrária e com a revisão das terras do Estado, que estão agora sendo reivindicadas por posseiros, por grileiros. E esse Estado continua sendo omissos na responsabilização por essas pessoas que, sim, estão dando função social para a terra.

Uma outra demanda que também bate na secretária, onde há um guarda-chuva lá para ser protegido, é a situação dos imigrantes. Não há política, não há sequer perspectiva de atendimento, seguindo as orientações. Há imigrantes aqui, há refugiados, há uma série de tratados que o Brasil precisa observar. As pessoas que estão aqui e são imigrantes precisam ter emprego. Elas precisam ser protegidas pela segurança nacional, elas precisam ter documentação, elas precisam ser cidadãs. E, para isso, precisa de o Estado agir, não pode esperar ser provocado. Ele precisa ter políticas para acompanhar a situação dos imigrantes. E eu volto a dizer que, em Uberlândia, o fato de a Polícia Militar ter apenas agido de forma truculenta e enjaulado as pessoas, não responde às demandas sociais que é de amparo do governo do Estado.

E por último, a política para as mulheres. É assustador o quanto o Estado tem sido omissos também diante dos números crescentes de feminicídio. Nós tivemos acesso aos dados, através da delegacia-geral, que nos encaminhou. O número de denúncias tem caído durante a pandemia. Houve um grande desafio para as mulheres denunciar as violências, mas os feminicídios não reduziram. E o pior de tudo: agora, com o boletim eletrônico, uma iniciativa desta Casa, da deputada Marília Campos, a gente consegue ter um canal de denúncias, mas isso não é suficiente. O Estado precisa apresentar uma política que dê condições de essas mulheres serem abrigadas longe dos seus agressores. Que esse abrigo também possa cobrir, garantir, que essas mulheres possam também ter os seus filhos com elas, porque isso não pode significar também a perda da guarda dos filhos. Os filhos precisam estar ao lado das mães.

Então, nós também temos projetos aprovados nesta Casa e aguardamos que o governo do Estado crie condições para implementar isso, uma vez que já tentamos, inclusive com emenda parlamentar. Infelizmente o Estado continua negando qualquer política que garanta a vida das mulheres. Isso ele precisa demonstrar mais do que em post nas redes sociais, dizendo que o número de denúncias está caindo. As mulheres estão com dificuldade de denunciar. E mais do que isso, a partir das denúncias, precisa haver outras posturas para que essas mulheres não venham a óbito, para que o feminicídio, ou seja, a morte de mulheres por serem mulheres não continue alto no nosso estado, principalmente durante essa pandemia, que não tem horizonte para acabar, porque não há políticas para impedirem que, de fato, centenas de pessoas continuem morrendo diariamente. Vai faltar cova. E o governador precisa ter mais compromisso com as políticas de assistência e de prevenção. Esses são os caminhos que temos não só criticado, mas também temos demonstrado ao governo do Estado que é possível enfrentar são só a pandemia mas também a crise econômica, a crise sanitária e a crise de representatividade com ações. Esta Casa, inclusive, com os projetos de lei, demonstrou isso. Há caminho, e esse governo continua omissos.

Então, continuaremos na resistência com as ocupações, com os assentamentos, com todos aqueles que estão fazendo a reforma agrária no braço. Essas são as minhas palavras, presidente. Agradeço-lhe.

## **2ª Parte (Ordem do Dia)**

### **1ª Fase**

#### **Abertura de Inscrições**

O presidente – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

#### **DECISÃO DA PRESIDÊNCIA**

A presidência, no uso de suas atribuições, reforma despacho anterior e determina que os Requerimentos nºs 5.794 a 5.798, 5.821, 5.823 a 5.832, 5.869, 5.895 a 5.901, 5.914, 5.915, 5.924, 5.982, 6.008, 6.010 e 6.011/2020 tenham a tramitação prevista no item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020, ficando mantidos os atos processuais praticados até o momento.

Mesa da Assembleia, 12 de agosto de 2020.

Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente, no exercício da presidência.

#### **DECISÃO DA PRESIDÊNCIA**

A presidência, no uso de suas atribuições, reforma despacho anterior e determina que o Requerimento nº 5.980/2020, que havia sido distribuído à Comissão de Segurança Pública, seja redistribuído à Comissão de Minas e Energia, em razão da natureza da matéria. Sendo assim, o requerimento fica aprovado, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, iniciando-se o prazo previsto no art. 104 do Regimento Interno com a publicação desta decisão.

Mesa da Assembleia, 12 de agosto de 2020.

Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente, no exercício da presidência.

#### **Despacho de Requerimentos**

– A seguir, o presidente defere, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário nº 885/2020, do deputado Coronel Henrique, em que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 817/2019 (Arquive-se o projeto.).

O presidente – Antes de encerrar, eu gostaria de registrar que também me surpreenderam algumas informações.

No dia de hoje, Dia dos Direitos Humanos, ocorreu a desapropriação das famílias da Fazenda de Campo do Meio, de Ariadnópolis. Quero dizer que, na legislatura passada, na condição de presidente da Comissão de Direitos Humanos, pude fazer uma audiência ainda no final do mandato na localidade. Conhecemos as famílias, conhecemos as produções, conhecemos todo o espaço. Então, a decisão do governador de acatar a reintegração no momento da pandemia, na minha opinião, demonstra uma falta de sensibilidade com a vida humana. O Estado pode, para cumprir a determinação judicial, primeiro observar se todas as condições estabelecidas para que a desapropriação seja feita, inclusive o zelo com as crianças, estão plenamente atendidas. Lembro-me de que, no mandato passado, quando isso não estava plenamente entendido, havia um prazo maior para que todas essas questões de conflito fossem tratadas na Mesa de Diálogo, um espaço importante que conseguiu mediar muitos conflitos urbanos e agrários no Estado de Minas Gerais.

Então, eu tenho a certeza de que, se houvesse a vontade política do governador, era possível que esse prazo, essa determinação não precisasse ser cumprida, haja vista que a própria lei que trata da reintegração prevê uma série de questões e requisitos que precisam ser observados; nesse sentido, o Estado teria um prazo, e as famílias não precisariam, em um momento de pandemia como esta que estamos vivendo, ser desalojadas de seus lares. Fica aqui registrado também o meu repúdio por essa ação do Estado, do governo Romeu Zema.

#### **Encerramento**

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 13, às 14 horas, com a ordem do dia regimental. Levanta-se a reunião.

#### **ATA DA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 6/4/2020**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, a Mesa aprova as seguintes proposições: Requerimento nº 4.960/2020, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para a criação de uma central de atendimento telefônico para a orientação das pessoas que tiverem sintomas do coronavírus; Requerimento nº 5.053/2020, de autoria do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado à SES pedido de providências para que seja disponibilizada, em caráter prioritário, a vacina contra a gripe para os funcionários das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais – CeasaMinas – e de frigoríficos e de laticínios do Estado, durante a incidência da pandemia de covid-19, a fim de que estejam devidamente protegidos contra Influenza A (H1N1), Influenza B e Influenza A (H3N2) e possam prestar seus serviços em prol do abastecimento dos mineiros, de forma mais segura e com suas condições de saúde preservadas; Requerimento nº 5.054/2020, de autoria do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para agilizar a entrega ao Município de Montes Claros de testes de diagnóstico da covid-19 e álcool gel para utilização pelos profissionais da área de saúde; Requerimento nº 5.056/2020, de autoria do deputado Roberto Andrade, em que requer seja encaminhado ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília pedido de providências para regulamentação da destinação dos recursos provenientes do cumprimento de pena de prestação pecuniária, transação penal e suspensão condicional do processo nas ações criminais, priorizando a aquisição de materiais e equipamentos médicos necessários ao combate da pandemia de covid-19, a serem utilizados pelos profissionais da saúde, nos termos do art. 9º da Resolução nº 313, de 19 de março de 2020; Requerimento nº 5.128/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja extinta a cobrança da taxa de embarque para a utilização da infraestrutura do Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro – Tergip –, administrado pela Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge –, que detém a competência para definição das tarifas de uso da rodoviária; Requerimento nº 5.129/2020, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG – e ao Procon Estadual de Minas Gerais pedido de providências para que verifiquem a possibilidade de uma parceria para a criação de uma câmara de resolução de conflitos advindos da crise da covid-19, se possível por atendimento eletrônico, haja vista o número de demandas relacionadas aos direitos dos consumidores e questões relacionadas ao pagamento de aluguéis de estabelecimentos fechados; Requerimento nº 5.131/2020, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado à Receita Federal do Brasil pedido de providências para que se verifique a possibilidade de suspensão da cobrança do Imposto de Renda da Pessoa Física, enquanto perdurar a crise da covid-19; Requerimento nº 5.133/2020, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que sejam adquiridos, com urgência, testes rápidos para a detecção qualitativa de anticorpos IgG e IgM 2019-nCoV, à semelhança do registrado na Anvisa MS 81325990117, para diagnósticos de infecção pelo novo coronavírus em 10 a 15 minutos, que permitiriam uma investigação mais

célere quanto aos casos suspeitos de contaminação, o que é primordial neste momento de esforços para combater a pandemia causada pelo novo coronavírus; Requerimento nº 5.134/2020, de autoria da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações pedido de providências para que seja dado apoio financeiro ao estudo de desenvolvimento e suporte de diagnóstico do Centro de Tecnologia em Vacinas da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Requerimento nº 5.135/2020, de autoria da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências para que sejam enviados ao Estado de Minas Gerais os equipamentos de proteção individual e os kits para a realização dos testes para detecção do coronavírus; Requerimento nº 5.136/2020, de autoria da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à SES pedido de providências para realizar ações de capacitação dos profissionais de saúde que atuarão nos hospitais com leito de isolamento selecionados para o atendimento dos casos de coronavírus; Requerimento nº 5.138/2020, de autoria da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Saúde e à SES pedido de providências para destinar recursos financeiros aos hospitais que realizarão o atendimento aos casos de infecção pelo covid-19; Requerimento nº 5.139/2020, de autoria da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à SES pedido de providências para divulgação de informações à população sobre as medidas de prevenção, os sinais e os sintomas do novo coronavírus, bem como os locais de atendimento no Estado, e seja dado apoio aos municípios para realizarem essas ações em âmbito local; Requerimento nº 5.141/2020, de autoria do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Economia pedido de providências para a realização de estudo de viabilidade para a contratação adicional de auditores fiscais agropecuários – médicos veterinários – de concurso público vigente e para a realização de novo concurso público para carreiras técnicas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa –, para garantia da continuidade da execução das atividades essenciais de defesa agropecuária do país, tendo em vista o atual déficit da força de trabalho do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional – Vigiagro – e em decorrência da pandemia da covid-19; Requerimento nº 5.143/2020, de autoria do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à SES pedido de providências para que se verifique a possibilidade de utilização do Hospital Maria Teresa Rennó, atualmente desativado, em Santa Rita do Sapucaí, com seu ativo imobilizado, bens móveis e equipamentos, no enfrentamento da pandemia causada pelo novo coronavírus (covid-19) no Estado, como parte da busca pela otimização de recursos em face desta gravíssima crise para a saúde pública; Requerimento nº 5.144/2020, de autoria do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – pedido de providências para que se aprecie com o devido empenho o estabelecimento de medidas especiais para o setor de fabricantes de refrigerantes, de modo que possa superar os efeitos negativos advindos da pandemia de covid-19 no Estado e seguir contribuindo para o crescimento econômico mineiro, assegurando a circulação de renda, produtos de qualidade e emprego, conforme ofício da Associação dos Fabricantes de Refrigerantes do Brasil – Afrebras; Requerimento nº 5.145/2020, de autoria do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que viabilizem a destinação de cestas básicas para as famílias dos alunos matriculados na rede pública estadual de ensino, garantindo a segurança alimentar das crianças e jovens que deixaram de receber as refeições diárias fornecidas pelas escolas; Requerimento nº 5.147/2020, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A – BDMG – pedido de providências para a criação de linha de crédito com juros baixos e vencimento postergado para os autônomos, microempreendedores e empreendedores individuais do Estado, especialmente do comércio, a fim de que possam obter recursos para custear a manutenção de seus estabelecimentos, os aluguéis e a folha de pagamento durante a crise causada pela pandemia de covid-19; Requerimento nº 5.148/2020, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado à Caixa Econômica Federal – CEF – pedido de providências para que viabilize a suspensão da cobrança dos financiamentos habitacionais dos imóveis localizados no Estado, enquanto perdurar a pandemia de covid-19; Requerimento nº 5.149/2020, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES –, no Rio de Janeiro (RJ), pedido de providências para a liberação de linha de crédito com juros baixos para o setor de turismo e de gastronomia do Estado, especialmente

para custeio da folha de pagamento e de aluguéis dos estabelecimentos; Requerimento nº 5.150/2020, de autoria do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Concessionária Via 040 pedido de providências para que conceda isenção nas tarifas de pedágio aos veículos de transporte de cargas que transitem pelas rodovias sob sua administração no Estado durante o período de calamidade e de combate à covid-19; Requerimento nº 5.151/2020, de autoria do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg – e à Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – Faemg – pedido de providências para que sejam garantidas condições mínimas de higiene e assistência aos motoristas de veículos transportadores de carga nos pátios de carregamento e descarregamento administrados pelos embarcadores do Estado, visando evitar contaminação dos trabalhadores pelo vírus causador da covid-19; Requerimento nº 5.152/2020, de autoria do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Fiemg e à Faemg pedido de providências para que façam valer a Lei nº 10.209, de 2001, no que concerne à garantia dos transportadores de cargas de receber o vale-pedágio, destinado a cobrir despesas de deslocamento de carga por meio de transporte rodoviário; Requerimento nº 5.154/2020, de autoria da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à SES e ao Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde da covid-19 – Comitê Extraordinário covid-19 – pedido de providências para que seja incluído como membro do referido comitê gestor o Conselho Estadual de Saúde; Requerimento nº 5.155/2020, de autoria da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para o envio de respiradores para tratamento de coronavírus ao Hospital Santa Maria Eterna, em Santa Maria do Suaçuí, unidade de saúde responsável pelo atendimento regional; Requerimento nº 5.156/2020, de autoria do deputado doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado à SES e à Seplag pedido de providências para que conceda aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo e aos detentores de função pública das carreiras do Grupo de Atividades de Saúde do Poder Executivo, a que se refere a Lei nº 15.462, de 13 de janeiro de 2005, um abono salarial enquanto durar a situação de emergência ou de calamidade pública decorrente da pandemia de covid-19 causada pelo agente coronavírus, tendo em vista a periculosidade a que estão submetidos os referidos servidores no tratamento ao paciente acometido pela doença, bem como a dedicação e os esforços típicos desses profissionais; Requerimento nº 5.159/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros Metropolitanos – Sintram –, ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que sejam criadas alternativas para evitar as recorrentes aglomerações na Estação do Morro Alto, no Município de Vespasiano; Requerimento nº 5.161/2020, de autoria da deputada Delegada Sheila, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a abertura das lanchonetes e restaurantes ao longo das rodovias do Estado, tendo em vista que esses estabelecimentos podem ser considerados serviços essenciais às pessoas que trafegam pelas referidas rodovias, principalmente os caminhoneiros, que têm a importante função de garantir o abastecimento de todo o Estado; Requerimento nº 5.163/2020, de autoria da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a requisição do Hospital Santa Helena, no Município de Contagem, fechado temporariamente pela sua direção, a partir de 1º de abril de 2020, para que seus mais de cinquenta leitos possam ser utilizados para a ampliação da rede de saúde da Região Metropolitana de Belo Horizonte, no atual contexto de enfrentamento dos efeitos da pandemia de covid-19; Requerimento nº 5.165/2020, de autoria da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria-Geral do Estado, à Seplag, à SEF, à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – e ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável de Minas Gerais – Cedraf-MG – pedido de providências para prover renda mínima emergencial a agricultores e agricultoras familiares e pescadores e pescadoras artesanais radicados no Estado, bem como para elaborar e desenvolver ações de garantia da continuidade da produção agropecuária e da pesca artesanal no Estado e a sua oferta nos centros consumidores, durante a vigência do Decreto nº 47.891, de 20 de março de 2020, que reconhece o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de covid-19, causada pelo agente coronavírus; Requerimento nº 5.167/2020, de autoria da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria-Geral do Estado, à Seplag, à SEF, à Seapa e ao Cedraf-MG pedido de

providências para a aquisição de produtos da agricultura familiar urbana e rural e de pescadores artesanais radicados no Estado, de acordo com a Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA Familiar; Requerimento nº 5.169/2020, de autoria da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Seplag pedido de providências para que seja garantido o pagamento do 13º salário aos servidores públicos, especialmente àqueles que estão enquadrados nos grupos mais vulneráveis ao coronavírus, como os servidores, ativos e inativos, com mais de 60 anos, os servidores com doenças crônicas, as gestantes e as lactantes; Requerimento nº 5.170/2020, de autoria da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria-Geral do Estado, à Seplag, à SEF e à Sedese pedido de providências para prover renda mínima emergencial a catadores de materiais recicláveis e suas organizações no Estado, durante o período de decretação de estado de emergência ou de calamidade; Requerimento nº 5.171/2020, de autoria da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria-Geral do Estado, à Seplag, à SEF e à Sedese pedido de providências para garantir os direitos da população em situação de rua e para prover renda emergencial para esse público; Requerimento nº 5.172/2020, de autoria da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria-Geral do Estado, à Seplag, à SEF e à Sedese pedido de providências para prover renda mínima emergencial para empreendedores da economia popular solidária no Estado; Requerimento nº 5.173/2020, de autoria da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria-Geral do Estado, à Seplag, à SEF, à Sedese e à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que seja concedida isenção da conta de energia elétrica às microempresas e empresas de pequeno porte urbanas e rurais, às cooperativas de agricultura familiar, aos empreendimentos familiares rurais e aos microempreendedores individuais no Estado, em razão da pandemia de covid-19, a fim de garantir a continuidade de suas atividades econômicas; Requerimento nº 5.174/2020, de autoria do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para o aumento da frota de transporte coletivo, a fim de que se cumpra o art. 4º da Deliberação do Comitê Extraordinário covid-19 nº 17, de 22 de março de 2020, que determina, em relação aos serviços de transporte de passageiros, que a lotação do serviço de transporte coletivo intermunicipal de passageiros não excederá à metade da capacidade de passageiros sentados; Requerimento nº 5.177/2020, de autoria do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Sedese pedido de providências para, em caráter de urgência, ampliar espaços de acolhimento para mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência, com a utilização de hotéis e outros espaços para acomodar as mulheres e seus dependentes; Requerimento nº 5.179/2020, de autoria do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à SES pedido de providências para que os estabelecimentos comerciais em funcionamento durante a pandemia de covid-19 adotem todas as orientações da Vigilância Sanitária para evitar a propagação do novo coronavírus; Requerimento nº 5.183/2020, de autoria do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura pedido de providências para o lançamento de edital para artistas, a fim de que possam fazer apresentações *online* enquanto durar a pandemia de covid-19; Requerimento nº 5.184/2020, de autoria do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à SES pedido de providências para, em conjunto com prefeituras, realizar a adequada higienização e desinfecção das áreas públicas, tais como praças, áreas no entorno de hospitais e áreas comuns de transporte coletivo, entre outras, considerando a pandemia de covid-19; Requerimento nº 5.185/2020, de autoria do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à SEF pedido de providências para que divulgue, de imediato, a escala de pagamento dos servidores públicos estaduais referente ao salário do mês de abril e para que seja efetuado o pagamento da primeira parcela até o quinto dia útil deste mês; Requerimento nº 5.187/2020, de autoria da deputada Delegada Sheila, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para garantir o cumprimento do acordo, firmado entre o governo do Estado e os representantes da área de segurança pública, de que o pagamento dos salários dessa categoria será feito, a partir de abril de 2020, até o quinto dia útil; Requerimento nº 5.189/2020, de autoria da deputada Delegada Sheila, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Juiz de Fora pedido de providências para garantir a distribuição da merenda escolar aos alunos da rede pública municipal durante o período de confinamento domiciliar adotado para conter a propagação do novo coronavírus, causador da

covid-19; Requerimento nº 5.190/2020, de autoria do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa – pedido de providências para a adoção de medidas com a finalidade de minimizar os impactos da pandemia de covid-19 para o setor de floricultura do Estado, que tem sofrido graves prejuízos em razão do fechamento do comércio e da interrupção de festas e eventos e da drástica diminuição das vendas, devendo considerar-se ainda que os produtos comercializados pelos referidos estabelecimentos são perecíveis e de difícil estocagem. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 7 de abril, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 7 de abril de 2020.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

#### **ATA DA 41ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 1º/4/2020**

Às 9 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Eaton Power Solution Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças e componentes defeituosos em 10 aparelhos de *nobreak* – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Processo Legislativo, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. A seguir, a Mesa aprova os seguintes proposições: Requerimento nº 5.058/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que seja garantido o pagamento do 13º salário aos servidores públicos, para que seja normalizado o pagamento de seus salários e para que seja feita a devida recomposição salarial; Requerimento nº 5.059/2020, de autoria do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese –, à Secretaria de Estado de Governo – Segov – e à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – pedido de providências para priorizar a aplicação dos recursos do Fundo de Erradicação da Miséria – FEM – nas atividades-fim de combate à pandemia do novo coronavírus; Requerimento nº 5.060/2020, de autoria do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – e à Segov pedido de providências para regularizar o pagamento imediato da Bolsa Reciclagem; Requerimento nº 5.061/2020, de autoria do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado à Sedese e à Segov pedido de providências para priorizar e colocar em dia o pagamento do Piso Mineiro da Assistência Social; Requerimento nº 5.062/2020, de autoria do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado à Sedese pedido de providências para o fornecimento de cestas básicas às comunidades indígenas do Estado; Requerimento nº 5.063/2020, de autoria do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – e à Segov pedido de providências para a comunicação aos chefes do Poder Executivo dos municípios mineiros, em caráter de urgência, sobre o disposto no art. 8º da Deliberação do Comitê Extraordinário covid-19 nº 17, de 22 de março de 2020, de forma a promoverem as necessárias adequações às barreiras municipais, para possibilitarem a facilitação do fluxo de pessoas e insumos envolvidos nas atividades agroindustriais e o escoamento da produção agropecuária do Estado durante a pandemia da covid-19, de modo a garantir o abastecimento de alimentos no Estado; Requerimento nº 5.064/2020, de autoria do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a construção de um hospital de campanha em Sete Lagoas, considerando-se o grave e iminente risco de

agravamento da situação na microrregião, pois são 20 municípios e cerca de 393.856 habitantes; Requerimento nº 5.065/2020, de autoria do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para a aquisição de materiais que estão sendo solicitados por médicos de UTIs e fisioterapeutas que estão atuando em unidades de urgência e emergência encarregadas do tratamento das pessoas vítimas da covid-19 no Estado; Requerimento nº 5.067/2020, de autoria do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado à Associação Mineira de Municípios – AMM – pedido de providências para que sejam divulgados aos municípios mineiros as orientações e informativos elaborados pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – sobre as medidas deliberadas pelo Comitê Extraordinário covid-19 do Estado, com base no Decreto nº 47.891, relacionadas às atividades agropecuárias; Requerimento nº 5.069/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à SES e ao Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde do covid-19 pedido de providências para que se coloque em dia o pagamento do programa Pro-Hosp – Rede de Resposta às Urgências e Emergências das Regiões Ampliadas de Saúde do Estado de Minas Gerais, devido aos hospitais do Vale do Aço, bem como para que se regularize e se mantenha em dia o referido pagamento; Requerimento nº 5.070/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, ao Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde da covid-19 e à SES pedido de providências para que seja garantido o fornecimento de aparelhos de respiração mecânica em número adequado para o atendimento da população da Região Metropolitana do Vale do Aço e de seu colar metropolitano; Requerimento nº 5.071/2020, de autoria do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para que fiscalize todos os fornecedores de produtos essenciais para o controle e o combate da covid-19, causada pelo novo coronavírus, que possuem contrato firmado com a administração pública estadual, em decorrência de anterior processo licitatório, verificando se esses fornecedores deixaram de fornecer tais itens ao Estado em virtude de temporária escassez dos produtos no mercado ou se optaram pelo fornecimento ao mercado em razão da elevada demanda do setor privado, em detrimento do setor público, inclusive praticando sobrepreços; Requerimento nº 5.073/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à SES e ao Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde do covid-19 pedido de providências para seja instalado hospital de campanha na região Vale do Aço e em seu colar metropolitano; Requerimento nº 5.074/2020, de autoria do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Sedese pedido de providências para a doação para as famílias dos estudantes de baixa renda dos mantimentos, perecíveis e não perecíveis, com data de validade próxima da expiração, das cantinas das escolas públicas fechadas em razão da epidemia de coronavírus no Estado; Requerimento nº 5.076/2020, de autoria da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde pedido de providências para a doação de 10.000 máscaras descartáveis de proteção para os profissionais de saúde do Município de Ibitiré, em razão da situação de calamidade causada pela pandemia de covid-19; Requerimento nº 5.077/2020, de autoria da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à PMMG pedido de providências para a manutenção do serviço de transporte de passageiros, em caráter de urgência, nos Municípios de Sarzedo e Mário Campos, que apresentam superlotação e diminuição de horários, em desacordo com a Deliberação do Comitê Extraordinário covid-19 nº 16, de 22/3/2020, que estabelece, em seu art. 5º, normas específicas de atribuição de competência de fiscalização aos órgãos de segurança pública do Estado; Requerimento nº 5.078/2020, de autoria da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para a manutenção do serviço de transporte de passageiros, em caráter de urgência, nos Municípios de Sarzedo e Mário Campos, que apresentam superlotação e diminuição de horários, em desacordo com a Deliberação do Comitê Extraordinário covid-19 nº 16, de 22/3/2020, que estabelece, em seu art. 4º, normas específicas para manutenção do serviço de transporte de passageiros; Requerimento nº 5.079/2020, de autoria da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja colocado em ação um programa ou projeto que atenda ao público que se encontra em situação de carência múltipla, notadamente financeira ou patrimonial, como ambulantes e catadores de papel;

Requerimento nº 5.083/2020, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a disponibilização gratuita da vacina Pneumocócica 23 Valente em todos os postos de saúde do Estado para as pessoas em situação de rua e para as pessoas de baixa renda e com vulnerabilidade social, de acordo com o programa social de cada município, em consequência dos graves efeitos acarretados pela pandemia causada pelo novo coronavírus; Requerimento nº 5.085/2020, de autoria do deputado Heli Grilo, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a disponibilização de locais para abrigar a população em situação de rua, durante a pandemia de covid-19; Requerimento nº 5.086/2020, de autoria do deputado Heli Grilo, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para promover a isenção dos impostos estaduais incidentes sobre os remédios enquanto vigorar o estado de calamidade pública decretado em razão da pandemia do novo coronavírus (Sars-Cov-2), que causa a covid-19; Requerimento nº 5.087/2020, de autoria do deputado Heli Grilo, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para disponibilizar recursos financeiros para o Município de Uberaba, em razão de o município receber, em seu hospital regional, inúmeros pacientes com suspeita de infecção pelo novo coronavírus, vindos de diversos municípios da região; Requerimento nº 5.089/2020, de autoria do deputado Heli Grilo, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para adotar com urgência as medidas necessárias relativamente às pessoas em privação de liberdade em decorrência de decisão judicial ou de prisão em flagrante, com o objetivo de conter a pandemia de covid-19 no Estado; Requerimento nº 5.090/2020, de autoria do deputado Heli Grilo, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a implantação de período de atendimento exclusivo para pessoas com idade igual ou superior a 60 anos em supermercados, sacolões, farmácias, padarias, *petshops* e lojas de equipamentos médicos e ortopédicos enquanto vigorar o estado de calamidade pública decretado em razão da pandemia de covid-19; Requerimento nº 5.091/2020, de autoria do deputado Heli Grilo, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para autorizar a isenção das tarifas de transporte intermunicipal coletivo de passageiros por ônibus e do transporte ferroviário e metroviário para os servidores públicos da área de saúde do Estado; Requerimento nº 5.092/2020, de autoria do deputado Heli Grilo, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para editar norma que disponha sobre a obrigatoriedade de abrigos, alojamentos e centros de acolhimento fornecerem álcool gel e máscaras para a população em situação de rua, durante a pandemia de covid-19 no Estado; Requerimento nº 5.093/2020, de autoria do deputado Ulysses Gomes, em que requer sejam encaminhados ao governador do Estado pedido de providências para concluir com urgência a negociação para receber da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM –, mesmo que na forma de adiantamento, recursos devidos pela extração de volumes superiores de nióbio da mina pertencente à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig; e pedido de informações sobre as conclusões da perícia técnica de reconstituição das minas e o estágio em que se encontram as negociações com a CBMM; Requerimento nº 5.094/2020, de autoria do deputado Heli Grilo, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para promover a desoneração fiscal do empreendedor individual e do microempreendedor no Estado, no ano de 2020, devido à crise econômica que se instaurou em razão da pandemia mundial de covid-19; Requerimento nº 5.095/2020, de autoria do deputado Heli Grilo, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a liberação de recursos com vistas a que sejam fornecidos equipamentos de proteção individual – EPI – aos profissionais da área de saúde nos atendimentos aos pacientes com suspeita de covid-19; Requerimento nº 5.096/2020, de autoria do deputado Betinho Pinto Coelho, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para a destinação de imóveis desocupados, em caráter emergencial, para abrigar cidadãos em situação de rua, em Belo Horizonte, ou a construção de abrigos de campanha com essa finalidade; Requerimento nº 5.097/2020, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a suspensão imediata de todos os serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT –, salvo os serviços essenciais, como a distribuição de medicamentos, vacinas, materiais hospitalares e demais atividades que ajudem no combate ao coronavírus, e para que sejam envidados todos os esforços necessários junto à empresa para o fornecimento urgente dos equipamentos de proteção individual aos

trabalhadores que prestam os serviços essenciais; Requerimento nº 5.098/2020, de autoria do deputado Betinho Pinto Coelho, em que requer seja encaminhado ao Comitê Extraordinário covid-19 pedido de providências para a destinação de imóveis desocupados ou a construção de abrigos de campanha, em caráter emergencial, para abrigar cidadãos em situação de rua, da capital e interior do Estado; Requerimento nº 5.099/2020, de autoria do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado à Mesa da Assembleia pedido de providências para que esta Casa promova campanha para a arrecadação de recursos financeiros a serem destinados a um fundo específico para o enfrentamento da pandemia de covid-19, causada pelo novo coronavírus; Requerimento nº 5.100/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público do Trabalho pedido de providências para que sejam liberados os valores da multa paga pela Vale S.A. nos 11 autos de infração em decorrência do rompimento da barragem de Brumadinho em janeiro de 2019, que totalizam R\$104 milhões, e para que parte deste montante seja aplicado nos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, em seus sistemas de saúde, para o combate à pandemia de covid-19; Requerimento nº 5.101/2020, de autoria da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Sedese e à Coordenadoria Estadual de Política para Mulheres pedido de providências para garantir abrigo das mulheres em situação de violência, trabalhadoras do sexo, mulheres em situação de rua, trans e imigrantes, sobretudo durante o estado de decretação de calamidade pública em razão da pandemia de covid-19; Requerimento nº 5.102/2020, de autoria da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Sedese e à SES pedido de providências para criação de abrigos emergenciais com o propósito de atender a população em situação de vulnerabilidade social; Requerimento nº 5.105/2020, de autoria da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Sedese pedido de providências para garantir proteção social às pessoas em situação de rua, aos imigrantes, às pessoas com HIV e às pessoas em situação de vulnerabilidade social atendidas pelos programas de assistência social do Estado, com ênfase às que foram vítimas das enchentes no Estado, e para a adoção de medidas emergenciais voltadas para o atendimento desse público; Requerimento nº 5.108/2020, de autoria do deputado Doutor Paulo, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de providências para que informe os municípios sobre o cronograma de entrega e distribuição de vacinas contra Influenza A e Influenza B, iniciada em 21/3/2020, para que possam repassar a informação à população, uma vez que as doses enviadas não estão sendo suficientes para atender ao público ao qual a campanha está direcionada; Requerimento nº 5.109/2020, de autoria do deputado Doutor Paulo, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de providências para que as pessoas com deficiência, as quais, devido à sua condição, têm imunidade baixa, sejam incluídas na primeira etapa de vacinação contra Influenza A e Influenza B, que se iniciou no dia 23/3/2020, a fim de que não fiquem fragilizadas em decorrência da alteração de imunidade e não fiquem suscetíveis de contrair Influenza, bem como covid-19; Requerimento nº 5.111/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Economia – Secretaria do Trabalho pedido de providências para garantir que as empresas de aplicativo de mobilidade urbana assegurem a renda média habitual de seus colaboradores (motoristas) que não puderem trabalhar por estarem diagnosticados ou com suspeita de infecção pelo novo coronavírus; Requerimento nº 5.112/2020, de autoria do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao Conselho Regional de Medicina Veterinária de Minas Gerais – CRMV-MG – pedido de providências para que reforce a necessidade de as clínicas de medicina veterinária permanecerem em funcionamento no Estado, neste período de isolamento social em virtude da pandemia de covid-19, sobretudo para realização de procedimentos de urgência e emergência; Requerimento nº 5.113/2020, de autoria do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado à ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de providências para que, em caráter de urgência, sejam garantidos ao produtor rural prorrogação dos prazos para reembolso dos financiamentos rurais e acesso ao crédito para a safra 2020/2021; Requerimento nº 5.114/2020, de autoria do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que altere o Decreto nº 47.896, de 25 de março de 2020, que instituiu o Comitê Gestor das Ações de Recuperação Fiscal, Econômica e Financeira do Estado de Minas Gerais – Comitê Extraordinário FIN covid-19 –, com o objetivo de adicionar representantes de sindicatos dos setores público e privado, de movimentos sociais e organizações civis, assim como deputados estaduais escolhidos por esta Casa; Requerimento nº 5.115/2020, de autoria do deputado Coronel Henrique, em que

requer seja encaminhado à Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – Faemg – pedido de providências para a divulgação, entre os produtores rurais do Estado, das recomendações sobre as etapas de vacinação contra a febre aftosa previstas para o primeiro semestre de 2020, tendo em vista as medidas necessárias para contenção da pandemia de covid-19, conforme o Ofício Circular nº 21/2020/DSA/SDA/MAPA, expedido em 26/3/2020 pelo Departamento de Saúde Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Requerimento nº 5.116/2020, de autoria do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à SES e à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – pedido de providências para que se verifique a situação dos equipamentos de proteção individual – EPIs – destinados aos servidores dos hospitais da rede Fhemig; se estes se encontram dentro das normas e padrões da vigilância sanitária e dos órgãos referenciados; quais providências estão sendo tomadas para garantir a segurança dos trabalhadores e das trabalhadoras no que diz respeito ao uso correto e adequado dos EPIs; e a quantidade e a qualidade do material disponibilizado, especialmente na aquisição de capotes e demais materiais; Requerimento nº 5.117/2020, de autoria do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à SES pedido de providências para que conceda adicional de insalubridade em grau máximo, isto é, 40% do salário mínimo, para os profissionais de saúde e demais servidores que estejam atuando diretamente no combate ao novo coronavírus, pelo prazo que durar o decreto de calamidade pública estadual; Requerimento nº 5.118/2020, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da PMMG pedido de providências para que sejam adotadas, com brevidade, as medidas necessárias à assistência à saúde dos policiais militares que se enquadram nos grupos de risco mais suscetíveis à contaminação pelo coronavírus, como a realização de triagem e dispensa dos respectivos profissionais; Requerimento nº 5.119/2020, de autoria da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à SES pedido de providências para destinar, em caráter de urgência, material para atendimento em saúde e de proteção para os municípios, em razão do estado de calamidade pública decretado em decorrência da pandemia de covid-19, causada pelo novo coronavírus; Requerimento nº 5.120/2020, de autoria do deputado Doutor Paulo, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que determine ao presidente da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab-MG – a prorrogação dos prazos de pagamento dos financiamentos habitacionais em andamento naquela Companhia, enquanto durar a pandemia de covid-19 no Estado; Requerimento nº 5.122/2020, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a disponibilização urgente e imediata dos dados oficiais dos laboratórios responsáveis pela realização de testes do novo coronavírus (covid-19), bem como os dados pormenorizados de infectados, suspeitos e óbitos no Estado; Requerimento nº 5.124/2020, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que inclua os clubes recreativos do Estado no benefício de suspensão da interrupção dos serviços de água, luz e gás, enquanto perdurar a covid-19, assim como nos programas de incentivos financeiros e fiscais, haja vista que essas entidades são associações sem fins lucrativos, responsáveis por cerca de 30 mil empregos em todo o Estado, que estão sendo prejudicados pela suspensão de suas atividades durante a quarentena decorrente da pandemia; Requerimento nº 5.125/2020, de autoria do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à ECT pedido de providências para a suspensão imediata das atividades dos trabalhadores dos correios em território nacional, especialmente no Estado, sendo mantidos somente os serviços de distribuição de remédios, vacinas, materiais hospitalares e demais atividades que ajudem no combate ao novo coronavírus, e que sejam tomadas as medidas cabíveis para a compra imediata de equipamentos de proteção individual – EPIs – para os trabalhadores que continuarem a desempenhar os serviços essenciais; que a quantidade dos EPIs seja suficiente para todos os trabalhadores e com qualidade referenciada segundo órgãos competentes para a regulamentação desses equipamentos. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 6 de abril, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 6 de abril de 2020.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

#### **ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 7/4/2020**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, a Mesa aprova as seguintes proposições: Requerimento nº 5.193/2020, de autoria da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria-Geral do Governo do Estado, à Secretaria de Estado de Governo – Segov –, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese –, à Subsecretaria de Direitos Humanos da Sedese e à Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais – CEPCT-MG – pedido de providências para mobilizar as autoridades governamentais, em especial o Ministério das Relações Exteriores, para a repatriação dos irmãos Isac e Isaura dos Santos Lopes, da comunidade quilombola Suaçuí, localizada no Vale do Rio Doce, em virtude da decretação de estado de necessidade e urgência por parte do governo argentino em decorrência da covid-19, ou para a garantia de sua sobrevivência no país vizinho até ser possível o seu retorno ao Brasil; Requerimento nº 5.198/2020, de autoria do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para intervenção junto ao Ministério Público visando à abertura de inquérito para investigação do número crescente de óbitos possivelmente relacionados com o novo coronavírus registrados no Município de Sete Lagoas, e para análise do Decreto Municipal nº 6.241, de 2 de abril de 2020, e a tomada de medidas preventivas objetivando restringir a propagação em massa da covid-19; Requerimento nº 5.199/2020, de autoria do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para intervenção junto ao Ministério Público visando à abertura de inquérito para investigação do número crescente de óbitos possivelmente relacionados com o novo coronavírus registrados no Município de Sete Lagoas e para análise do Decreto Municipal nº 6.241, de 2 de abril de 2020, e a tomada de medidas preventivas objetivando restringir a propagação em massa da covid-19; Requerimento nº 5.200/2020, de autoria do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa – pedido de providências para a implementação de medidas de apoio e estratégias a fim de minimizar os impactos da pandemia causada pelo novo coronavírus no setor da cadeia do leite do Estado, que tem enfrentado graves prejuízos em razão do fechamento do comércio e de serviços, conforme reivindicações do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados no Estado de Minas Gerais: linhas de crédito para capital de giro e para pagamento da folha de salários, prorrogação de prazos para pagamento de financiamentos do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG – e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES –, das faturas de energia elétrica e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias – ICMS –, manutenção dos créditos do ICMS e compensação de tributos administrados pela Receita Estadual com os créditos acumulados do ICMS, destinação do excedente da produção para a merenda escolar e o retorno do programa Leite pela Vida para distribuição de leite e derivados às famílias carentes; Requerimento nº 5.202/2020, de autoria do deputado Doutor Paulo, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja substituído o adicional de insalubridade pelo adicional de periculosidade para os servidores públicos e profissionais contratados pelo governo do Estado, os quais atuam na área da saúde, por exercerem atividades com risco de vida no combate à pandemia da covid-19, enquanto durar o cenário de calamidade pública; Requerimento nº 5.203/2020, de autoria da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Sejusp pedido de providências para que seja retomado o Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo! –, nas condições compatíveis com a realidade enfrentada pelo Estado em decorrência da pandemia causada pelo novo coronavírus, bem como seja retomado o pagamento dos trabalhadores do programa, independente da suspensão dos serviços, nos termos da Deliberação do Comitê Extraordinário covid-19 nº 2, de 16 de março de 2020;

Requerimento nº 5.205/2020, de autoria da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – pedido de providências para garantir em até 48 horas a aplicação de medidas protetivas para as mulheres em situação de violência, nesse período de pandemia; Requerimento nº 5.206/2020, de autoria da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para que a Polícia Militar priorize o atendimento das chamadas de mulheres em situação de violência doméstica e intrafamiliar, nesse período de pandemia; Requerimento nº 5.208/2020, de autoria da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que priorize o atendimento das chamadas de mulheres em situação de violência doméstica e intrafamiliar neste período de pandemia; Requerimento nº 5.210/2020, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os 900 policiais e bombeiros militares que estão trabalhando 24 horas por dia na instalação do hospital de campanha no Expominas, auxiliando na montagem de 800 leitos de enfermaria que serão utilizados no tratamento de pacientes com covid-19; Requerimento nº 5.215/2020, de autoria do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que se aprecie com o devido empenho o estabelecimento das medidas apresentadas pelo Colégio de Representantes dos Contribuintes do Estado de Minas Gerais, relativas à redução das perdas econômico-financeiras decorrentes da pandemia de covid-19; Requerimento nº 5.216/2020, de autoria do deputado João Leite, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que os estabelecimentos que comercializam insumos, tais como aviamentos e tecidos utilizados para a produção de máscaras de pano, sejam liberados para abrirem suas portas; Requerimento nº 5.218/2020, de autoria do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que regulamente a concessão do auxílio financeiro transitório destinado à mulher em situação de vulnerabilidade social provocada por violência doméstica e familiar, conforme previsto nos incisos II e III do art. 4º da Lei nº 22.256/2016; Requerimento nº 5.238/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Economia, ao Ministério da Infraestrutura e à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – pedido de providências para que as medidas de apoio e os repasses emergenciais ao setor de transporte público de passageiros sejam estendidos a todo o sistema e às empresas que operarem linhas urbanas, metropolitanas ou intermunicipais, independentemente do tamanho da população da cidade e das regiões que prestarem serviço; Requerimento nº 5.239/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para garantir que as medidas de apoio e os repasses emergenciais ao setor de transporte público de passageiros sejam estendidos a todo o sistema e às empresas que operarem linhas urbanas, metropolitanas ou intermunicipais no Estado, independentemente do tamanho da população da cidade e das regiões que prestarem serviço; Requerimento nº 5.240/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Seinfra e à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a elaboração de um plano emergencial que contemple a categoria dos trabalhadores de transporte escolar e transporte de fretamentos, com as seguintes diretrizes: a) intervenção junto ao Procon-MG para que seja garantido o adiamento das parcelas de financiamento de veículos escolares e de fretamento, sem a cobrança de juros ou multa, enquanto durar a pandemia; b) utilização da frota de transporte escolar e fretamento pelo Estado para o transporte de insumos, mercadorias e servidores no período de crise para que possa haver remuneração básica desses trabalhadores como forma de garantir o sustento básico dessas famílias; c) negociação junto ao Governo do Estado para que seja elaborado documento em conjunto com o Sindicato dos Transportadores de Escolares da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Sintesc –, ou carta aberta aos pais, para esclarecer a população acerca da necessidade de reposição de aulas nos períodos de julho, dezembro e janeiro; d) negociação com a Associação Mineira de Municípios – AMM –, para que as famílias do transporte escolar público e do fretamento contínuo de serviços de prefeituras possam receber auxílio financeiro emergencial do Estado; e) garantia de auxílio financeiro emergencial na forma de transferência de renda para os trabalhadores de transporte escolar e fretamento e garantia de alimentação através do fornecimento de cestas básicas; Requerimento nº 5.241/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Economia e à ANTT pedido

de providências para o desenvolvimento de plano de emergência que contemple a categoria dos trabalhadores em transporte escolar e dos trabalhadores em transporte de fretamento, com as seguintes diretrizes: intercessão junto à Federação Brasileira de Bancos – Febraban – para que seja garantido o adiamento das parcelas de financiamento de veículos escolares e de fretamento, sem a cobrança de juros ou multa, enquanto durar a pandemia; utilização da frota de transporte escolar e fretamento pelo Estado para o transporte de insumos, mercadorias e servidores no período de crise, para que possa haver remuneração básica desses trabalhadores como forma de garantir o sustento de suas famílias; e garantia de auxílio emergencial na forma de transferência de renda para os trabalhadores do setor de transporte escolar ou fretamento e de alimentação através do fornecimento de cestas básicas; Requerimento nº 5.242/2020, de autoria do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado à Seplag pedido de providências para que não suspenda as atividades dos quase 180 bolsistas que atuavam nas Uaitecs do Estado; Requerimento nº 5.243/2020, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a manutenção das bolsas de qualificação profissional por meio dos polos tecnológicos de educação a distância – Uaitecs –, oferecidas gratuitamente e coordenadas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede; Requerimento nº 5.248/2020, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a manutenção das ações de assistência estudantil da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – e da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes –, previstas no Programa Estadual de Assistência Estudantil – Peaes –, durante o tempo em que forem aplicáveis as recomendações de isolamento da Organização Mundial de Saúde – OMS – e em que estiver vigente o decreto que reconheceu o estado de emergência em saúde pública no Estado; Requerimento nº 5.249/2020, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a não interrupção da Política

Estadual de Prevenção Social à Criminalidade, desenvolvida pela Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade – Supec –, através do Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais – Ceapa –, Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo! –, Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp – e Programa Mediação de Conflitos – PMC –, bem como a manutenção dos contratos de trabalho dos profissionais que atuam nesses programas, tendo em vista a importância das ações desenvolvidas na prevenção, redução de violência e criminalidade no Estado; Requerimento nº 5.250/2020, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a elaboração de uma campanha educativa nos meios de comunicação que combata a violência contra a mulher, com foco específico na violência doméstica durante este período da pandemia da covid-19; Requerimento nº 5.252/2020, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Sejusp pedido de providências para a criação de um canal de WhatsApp pelo qual a mulher possa fazer denúncias de violência e situação de insegurança; Requerimento nº 5.253/2020, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Sejusp pedido de providências para a disponibilização de plantões permanentes nas delegacias das mulheres e outras delegacias para atender a casos de violência contra a mulher durante o período de isolamento, em decorrência da pandemia de coronavírus, resguardando-se as devidas medidas de segurança para não contaminação pela covid-19, inclusive com fornecimento obrigatório dos equipamentos de proteção individual – EPIs; Requerimento nº 5.254/2020, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Sedese pedido de providências para que os serviços de proteção e atendimento às mulheres em situação de violência sejam considerados serviços essenciais no período de pandemia e, em razão disso, não fechem, resguardando-se as devidas medidas de segurança para não contaminação pela covid-19, inclusive com fornecimento obrigatório dos equipamentos de proteção individual – EPIs; Requerimento nº 5.255/2020, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Sejusp pedido de providências para que se mantenha funcionando normalmente o serviço da Polícia Militar de patrulha de prevenção à violência doméstica onde o serviço já exista, bem como seja expandido, em caráter especial, para os municípios que ainda não contam com esse serviço, resguardando-se as devidas medidas de segurança para não contaminação pela covid-19, inclusive com fornecimento obrigatório dos EPIs; Requerimento nº 5.257/2020, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para o pagamento imediato do salário dos servidores da educação da

rede pública estadual; Requerimento nº 5.258/2020, de autoria dos deputados Beatriz Cerqueira, André Quintão, Betão, Cássio Soares, Professor Cleiton, Sávio Souza Cruz e Ulysses Gomes, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que, considerando a expedição do Decreto com Numeração Especial nº 113, de 12 de março de 2020, que declarou situação de emergência em saúde pública no Estado, bem como os critérios de aprovação do estado de calamidade pública apresentado pelo governador do Estado e aprovado em regime de urgência pela Assembleia Legislativa; considerando o Projeto de Lei nº 1.777/2020, aprovado pelas deputadas e deputados da Assembleia Legislativa, que dispõe sobre a adoção de medidas para o enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de covid-19 e que se encontra aguardando sanção pelo governador do Estado; considerando as reiteradas recomendações de isolamento social da OMS, do Decreto de Situação de Emergência em Saúde Pública e demais autoridades sanitárias quanto à importância da manutenção do isolamento social da população como forma de reduzir a transmissão da doença infecciosa viral respiratória covid-19, causada pelo agente novo coronavírus; considerando que o secretário de Estado de Saúde, durante reunião especial realizada em 2/4/2020 na Assembleia Legislativa, informou que haverá um crescimento do índice da propagação da covid-19 entre a população nas próximas semanas, com a estimativa de aumento do número de pessoas a serem infectadas pela doença, o Poder Executivo não adote qualquer medida a fim de retornar com a atividade escolar na rede estadual de ensino, inclusive aquelas de natureza administrativa nas escolas, seja por meio de convocação de profissionais da educação, envio/entrega de materiais ou atividades escolares aos alunos de forma presencial ou por plataformas digitais, durante o tempo em que perdurarem as recomendações de isolamento social da OMS e os efeitos do Decreto de Estado de Emergência em Saúde Pública no âmbito do Estado; Requerimento nº 5.261/2020, de autoria do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à SES pedido de providências para que, conforme solicitação do hospital de Coronel Murta, forneça aos hospitais dos Vales Jequitinhonha e Mucuri o insumo hospitalar necessário para evitar a proliferação do novo coronavírus e resguardar a saúde dos profissionais de saúde; Requerimento nº 5.262/2020, de autoria do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados e à Presidência da República pedido de providências para sejam destinados mais recursos aos projetos de pesquisa relacionados ao coronavírus, principalmente às intuições estaduais e às federais no Estado, que já vêm desenvolvendo estudos, mas sem suficiente apoio financeiro; Requerimento nº 5.264/2020, de autoria do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que os contratos e projetos relacionados à Barragem de Jequitaiá sejam retomados imediatamente, tão logo termine o período de calamidade pública ocasionado pelo coronavírus, e que seja dada celeridade à licitação para conclusão da obra, que se encontra paralisada. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 8 de abril, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 8 de abril de 2020.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

#### **ATA DA 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 8/4/2020**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa delibera: 1) Deliberação nº 2.738/2020 – regulamenta, no âmbito da Assembleia Legislativa, a aplicação da Lei nº 23.528/2020, que estabelece prazo para que os titulares dos órgãos da administração pública direta do Estado e das autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado respondam a pedido

formulado por órgão fiscalizador; 2) Deliberação nº 2.739/2020 – acrescenta dispositivo à Deliberação da Mesa nº 2.733/2020, que dispõe sobre os procedimentos e regras para fins de prevenção à infecção e à propagação do coronavírus – covid-19 – no âmbito da Assembleia Legislativa; Deliberação nº 2.740/2020 – altera as Deliberações da Mesa nºs 2.349/2004, que dispõe sobre o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material considerado genericamente inservível no âmbito da Secretaria da Assembleia Legislativa; e 2.598/2014, que dispõe sobre os procedimentos licitatórios e a celebração e a execução de contratos no âmbito da Assembleia Legislativa. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 14 de abril, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 14 de abril de 2020.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

#### **ATA DA 44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 14/4/2020**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a C&C Empreendimentos Comerciais e Serviços Especializados em Geral – Eireli, tendo como objeto a execução de serviços de jardinagem, com fornecimento de defensivos, adubos, terra e espécies vegetais, e de manutenção preventiva e corretiva e assistência técnica do sistema de irrigação automatizada das áreas verdes do Palácio da Inconfidência, seus anexos e entorno – parecer favorável à revisão de preços, em razão do reajuste das passagens de ônibus coletivo urbano intermunicipal, bem como da exclusão da contribuição social de 10% (dez por cento) sobre o saldo do FGTS, devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa, a partir de 1º/1/2020, por força da Lei Federal nº 13.932/2019, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência de Reprografia e Conservação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. A seguir, a Mesa aprova as seguintes proposições: Requerimento nº 5.266/2020, de autoria da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para manutenção da Política de Prevenção à Criminalidade em condições de atender à população que necessita desse atendimento; Requerimento nº 5.267/2020, de autoria do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para regularização imediata do pagamento de todos os servidores estaduais, com apresentação da arrecadação deste mês e criação imediata de condições financeiras para quitar a folha de pagamento dos referidos servidores; Requerimento nº 5.268/2020, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para orientação e monitoramento das regras de proteção dos agentes e motoristas funerários em todo o Estado, para impedir a propagação da covid-19, haja vista o crescimento de óbitos em investigação por causa do vírus causador dessa doença; Requerimento nº 5.269/2020, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Procon-MG pedido de providências com vistas à elaboração de uma nota técnica para orientação dos consumidores sobre questões relacionadas aos aluguéis residenciais e de estabelecimentos comerciais, diante a crise financeira instalada em consequência da covid-19; Requerimento nº 5.270/2020, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público do Trabalho pedido de providências para paralisação imediata de atividades de pesquisa e lavra de recursos minerais, bem como atividades correlatas de beneficiamento e processamento de bens minerais, de transformação mineral, de comercialização e escoamento de produtos gerados na cadeia produtiva mineral e de transporte e entrega de cargas de abastecimento da cadeia produtiva

da mineração, sem que isso acarrete qualquer tipo de demissão, evitando-se, assim, a exposição dos trabalhadores diretos e indiretos que atuam na atividade minerária, durante o tempo em que perdurarem as Recomendações da Organização Mundial de Saúde – OMS – e os efeitos do decreto de estado de emergência em saúde pública no Estado; Requerimento nº 5.271/2020, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para paralisação imediata de atividades de pesquisa e lavra de recursos minerais, bem como atividades correlatas de beneficiamento e processamento de bens minerais; de transformação mineral, de comercialização e escoamento de produtos gerados na cadeia produtiva mineral e de transporte e entrega de cargas de abastecimento da cadeia produtiva da mineração, sem que isso acarrete qualquer tipo de demissão, evitando-se, assim, a exposição dos trabalhadores diretos e indiretos que atuam na atividade minerária durante o tempo em que perdurarem as recomendações da OMS e os efeitos do decreto de estado de emergência em saúde pública no âmbito do Estado; Requerimento nº 5.272/2020, de autoria do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado à Câmara dos Deputados pedido de providências para que não seja aprovada a Medida Provisória nº 936/2020, nos termos em que atualmente está redigida, e para que se resguardem os direitos dos jovens aprendizes, a fim de evitar sua demissão; Requerimento nº 5.275/2020, de autoria da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura – Secult – pedido de providências para reconsiderar os cortes de orçamento no setor cultural do Estado; Requerimento nº 5.276/2020, de autoria do deputado Raul Belém, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de providências para que a aquisição de insumos e equipamentos de proteção individual – EPIs – para o combate à covid-19 seja feita prioritariamente das microempresas e pequenas empresas e dos empreendedores individuais do Estado; Requerimento nº 5.277/2020, de autoria do deputado Raul Belém, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que permita aos servidores desligados do Estado nos meses de março, abril e maio, em decorrência do fim dos contratos previstos na Lei nº 18.185, de 4/6/2009, a qual dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, o acesso aos serviços do Instituto de Previdência Social do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – pelo prazo de três meses, tendo em vista o enfrentamento dos efeitos da pandemia ocasionada pelo novo coronavírus; Requerimento nº 5.278/2020, de autoria do deputado Raul Belém, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que utilize os recursos que seriam gastos em merenda escolar durante a paralisação das aulas em cestas básicas a serem distribuídas aos alunos da rede estadual de ensino; Requerimento nº 5.283/2020, de autoria do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – pedido de providências para que a Política de Prevenção da Criminalidade seja considerada essencial no enfrentamento da covid-19 e, por conseguinte, para que os recursos destinados a essa ação não sejam objeto de contingenciamento; Requerimento nº 5.285/2020, de autoria do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Educação – MEC – pedido de providências para que seja adiado todo o cronograma do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem – de 2020, que inclui as datas para o pedido de isenção de taxa do Enem, bem como o da data de matrícula, em função da pandemia provocada pela covid – 19 e pelo fato de as escolas estaduais encontrarem-se fechadas por determinação da Secretaria Estadual de Ensino; Requerimento nº 5.296/2020, de autoria do deputado Cleitinho Azevedo, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que, durante a permanência da pandemia do coronavírus, as praças de pedágio deixem de operar, visto que os funcionários dessas concessionárias podem vir a ser grandes vetores de transmissão do vírus; Requerimento nº 5.297/2020, de autoria do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja suspensa a Deliberação nº 26 do Comitê Extraordinário covid-19, do dia 8 de abril de 2020, a qual, ao propor a retomada das atividades nas unidades escolares, abre o perigoso precedente na quebra do isolamento social, colocando em risco as trabalhadoras e os trabalhadores em educação; Requerimento nº 5.298/2020, de autoria do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – e à Associação Mineira de Municípios – AMM – pedido de providências para que se dê ciência, em caráter de urgência, aos chefes do Poder Executivo dos Municípios mineiros, do disposto no art. 8º da Deliberação do Comitê Extraordinário covid-19 nº 17, de 22 de março de 2020, para que se promovam as necessárias adequações para

a facilitação do fluxo de pessoas e insumos envolvidos nas atividades agropecuárias e industriais do Estado, especialmente para assegurar o funcionamento de distribuidoras e postos de combustíveis, oficinas mecânicas, borracharias e restaurantes em pontos ou postos de paradas nas rodovias, de modo a garantir o atendimento às necessidades básicas dos caminhoneiros que trafegam nas rodovias do Estado e, assim, assegurar o abastecimento e o suprimento necessário a todos os mineiros, neste momento crítico de enfrentamento à pandemia do novo coronavírus; Requerimento nº 5.299/2020, de autoria do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Cidadania pedido de providências para ampliação dos Programas Sociais de Suporte Alimentar para crianças, adolescentes, idosos e beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC – em situação de carência e vulnerabilidade social no Estado, especialmente em razão das ações para o enfrentamento à covid-19, por meio da distribuição de leite e seus derivados, adquiridos não só da agricultura familiar, mas também da agroindústria familiar e das microempresas e empresas de pequeno porte; e, em caso de impossibilidade de atendimento por parte dessas empresas, das demais indústrias de laticínios do Estado; Requerimento nº 5.300/2020, de autoria do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – e à SEE pedido de providências para ampliação dos Programas Sociais de Suporte Alimentar para crianças, adolescentes, idosos e beneficiários do BPC em situação de carência e vulnerabilidade social no Estado, especialmente em razão das ações para o enfrentamento da covid-19, por meio da distribuição de leite e seus derivados, alimentos de alto valor nutricional, que desempenham importante papel na economia do Estado; Requerimento nº 5.301/2020, de autoria da deputada Delegada Sheila, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja garantido tratamento isonômico e concessão da Gratificação Temporária de Emergência em Saúde Pública a todos os profissionais da saúde de Minas Gerais que atuam nas unidades da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – e que prestam serviços médico-hospitalares diretamente relacionados ao enfrentamento da pandemia de covid-19, considerando-se a importância deles neste momento e a exposição ao contágio enfrentada por eles; Requerimento nº 5.302/2020, de autoria do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado à Segov pedido de providências para a realocação da Subsecretaria de Esportes na Secult, tendo em vista a pertinência temática, sua integração aos segmentos de cultura e turismo e os efeitos da pandemia de covid-19, pois, seguindo as orientações das autoridades de saúde, esses setores serão os últimos a voltar às atividades normais; Requerimento nº 5.303/2020, de autoria do deputado Professor Irineu, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que os hospitais regionais em fase final de construção nas cidades-polo de Minas Gerais possam ser adequados para atendimento aos pacientes do covid-19; Requerimento nº 5.304/2020, de autoria do deputado Professor Irineu, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que determine à SES seja providenciada a entrega dos remédios da Farmácia de Minas, localizada na Avenida do Contorno, aos pacientes em suas residências, evitando-se a aglomeração de pessoas durante a pandemia da covid-19; Requerimento nº 5.306/2020, de autoria do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – pedido de providências para que seja realizado recapeamento asfáltico da MG-108, que liga a cidade de Mutum à BR-262, e seja realizada reforma de guias, calçadas e sarjetas nos trechos onde se fizerem necessárias; Requerimento nº 5.314/2020, de autoria do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA – de Belo Horizonte pedido de providências para que a Gerência de Defesa dos Animais – Gedan –, em caráter de extrema urgência, realize o manejo e o abrigo dos animais em situação de rua pertencentes à população carente, que necessita ser recolhida, para que sejam protegidos da contaminação pelo coronavírus causador da covid-19, bem como, na medida da possibilidade e da capacidade da Prefeitura, seja promovida a destinação desses animais, ainda que temporariamente, para algum local sob sua responsabilidade; Requerimento nº 5.316/2020, de autoria do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Segov pedido de providências com vistas à redução ou suspensão da cobrança das alíquotas de impostos estaduais sobre os produtos de alimentação para animais de estimação, no período em que perdurar a epidemia de covid-19; Requerimento nº 5.323/2020, de autoria do deputado Professor Irineu, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que os servidores públicos estaduais que ainda não receberam o 13º salário possam, através de formulário

a ser providenciado pela Secretaria de Estado de Fazenda – SEF –, solicitar ao Estado a permissão para que os valores relativos ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA – e à Taxa de Licenciamento por eles devidos sejam descontados de seu pagamento relativo ao 13º salário; Requerimento nº 5.326/2020, de autoria do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências com vistas a fornecer ao Município de Janaúba, no Norte de Minas Gerais, respiradores pulmonares, monitores multiparâmetros e equipamentos de proteção individual – EPIs –, para serem utilizados pelos profissionais de saúde do Sistema Único de Saúde – SUS – que atuam no enfrentamento direto da pandemia de covid-19 nesse município; Requerimento nº 5.328/2020, de autoria do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que o Norte de Minas seja priorizado no recebimento do repasse de recursos e doações, como os do Banco do Brasil, da Caritas e de outros que possam vir, no combate à pandemia do novo coronavírus. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 22 de abril, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 22 de abril de 2020.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

#### **ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 22/4/2020**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) autoriza a cessão onerosa do servidor Mateus Simões de Almeida, ocupante do cargo de procurador, para ocupar cargo de secretário-geral do Estado de Minas Gerais, a partir de 20.3.2020, com a remuneração do cargo efetivo do qual é titular; 2ª) dispõe sobre os limites individuais da despesa total com pessoal, em percentuais da receita corrente líquida, calculados na forma prevista no § 1º do art. 20 da Lei Complementar Federal nº 101/2000; 3ª) confirma, considerando as manifestações da pregoeira, da área técnica solicitante da contratação e da Procuradoria-Geral da Casa, a decisão pelo indeferimento do recurso apresentado pela pregoeira Cetest Minas Engenharia e Serviços S.A., para manter a habilitação da licitante MOA Manutenção e Operação Ltda., referente ao Pregão Eletrônico nº 37/2019, que visa à contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção predial; 4ª) confirma, considerando as manifestações da área que auxilia a análise das planilhas, da Procuradoria-Geral da Casa e da pregoeira, a decisão pelo indeferimento do recurso apresentado pela pregoeira Serta Serviços Técnicos e Administrativos Ltda., mantida a aceitação da proposta da licitante MOA Manutenção e Operação Ltda., referente ao Pregão Eletrônico 37/2019. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 23 de abril, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 23 de abril de 2020.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

**ATA DA 46ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 23/4/2020**

Às 9 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 24 de abril, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 24 de abril de 2020.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

**ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 24/4/2020**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Elevadores Atlas Schindler Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento integral de peças, de 11 elevadores instalados no Palácio da Inconfidência e no Edifício Carlos Drummond de Andrade – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. A seguir, a Mesa aprova as seguintes proposições: Requerimento nº 5.329/2020, de autoria do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a instituição de tratamento isonômico entre os servidores do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – e os servidores da saúde, especialmente em relação à escala de pagamento e à gratificação natalina de 2019, tendo em vista o Parecer AGE nº 16.067, de 21/1/2019, que considera o IMA, no exercício da competência fiscalizatória de produtos alimentícios de origem animal, órgão estadual de saúde, e a Portaria nº 639 do Ministério da Saúde, de 31/3/2020, que considerou os médicos veterinários, parte expressiva dos fiscais agropecuários do Estado, como profissionais da área de saúde habilitados para atuar no enfrentamento à covid-19; Requerimento nº 5.342/2020, de autoria do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria-Geral do Estado e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para barrar, punir e responsabilizar as pessoas e grupos que têm disseminado *fake news* e campanhas que contrariam as orientações da Organização Mundial de Saúde – OMS – de se fazer o isolamento social, colocando em risco a população; Requerimento nº 5.348/2020, de autoria do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para a ampliação do auxílio emergencial denominado bolsa-merenda, visando a atender a todas as famílias que estejam incluídas na faixa da pobreza, mediante a utilização de recursos oriundos do Fundo de Erradicação da Miséria – FEM; Requerimento nº 5.353/2020, de autoria do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado aos presidentes da companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – e da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de providências para que sejam agilizados os serviços de religamento de luz e água para famílias de baixa renda que estão há mais de dois meses com o serviço cortado; Requerimento nº 5.354/2020, de autoria do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, de acordo com o Decreto nº 47.891, de 20 de março de 2020, pedido de providências para que, durante a pandemia de covid-19, seja dispensado o mesmo tratamento e conteúdo programático a todos os alunos, inclusive aos residentes em regiões remotas do Estado com dificuldade de acesso tecnológico, como a computadores e internet, e até mesmo a energia elétrica e água; Requerimento nº 5.356/2020, de autoria do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado à Sedese pedido de providências para que seja

priorizado o repasse de recursos oriundos do Ministério da Cidadania para o Estado, da ordem de R\$ 2 bilhões, e que R\$ 1,5 bilhão desses recursos seja transferido às prefeituras; Requerimento nº 5.359/2020, de autoria do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para análise da proposta da Sra. Denise Vilane de Carvalho, médica, de cessão, sem ônus, de imóvel de sua propriedade localizado na MG-424 entre os Municípios de Vespasiano e Lagoa Santa, constituído de hospital desativado, com capacidade para atendimento de aproximadamente 150 pacientes, podendo ser ampliado, para que nele seja implantado um hospital de campanha para atendimento a pacientes diagnosticados com o novo coronavírus – covid-19; Requerimento nº 5.362/2020, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações pedido de providências para que verifique a possibilidade de disponibilizar recursos para a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – com vistas à conclusão do projeto de pesquisa dos testes rápidos para a identificação do novo coronavírus – covid-19; Requerimento nº 5.363/2020, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – pedido de providências para que analise a possibilidade de apoiar e fomentar as empresas de rádio e televisão do Estado, considerando-se a queda drástica na receita dessas empresas, que também fazem um trabalho essencial para o enfrentamento da covid-19; Requerimento nº 5.369/2020, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para a manutenção do valor do auxílio emergencial que vinha sendo pago às famílias de São Sebastião das Águas Claras, em Nova Lima, na nova forma instituída pelo acordo firmado, em 20/3/2020, entre a Promotoria de Justiça de Nova Lima e a empresa Vale S.A., o qual prevê o depósito em conta bancária no valor de um salário mínimo para adultos, meio salário mínimo para adolescentes e um quarto de salário mínimo para crianças, em substituição à entrega presencial dos *vouchers*, no valor diário de R\$40,00 por pessoa, a fim de que se evitem filas e aglomerações em razão da pandemia de covid-19, além do respeito ao prazo estipulado no acordo, de cinco dias, para a realização do pagamento, bem como para que nenhuma família ou membro familiar já cadastrado seja excluído do programa de recebimento de auxílio emergencial, independentemente de processo negocial indenizatório, em curso ou concluído, com a Vale S.A. e para que os comerciantes de São Sebastião de Águas Claras também recebam o auxílio emergencial adicional de um salário mínimo, tendo em vista que têm deixado de arrecadar o que advinha dos pagamentos efetuados por *vouchers*; Requerimento nº 5.374/2020, de autoria do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para intervenção, junto ao governo do Estado, para que o Município de Sete Lagoas seja incluído na compensação ambiental da empresa Vale, pelos danos causados pela contaminação do sistema aquífero Paraopeba, uma vez que esse rio atravessa vários municípios da microrregião de Sete Lagoas, e para que a forma de compensação seja a finalização das obras do Hospital Regional de Sete Lagoas e a garantia de seu funcionamento; Requerimento nº 5.375/2020, de autoria da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria-Geral do Estado, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, à Segov, à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF –, à Sedese, à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa –, ao Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais – Consea-MG – e ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável de Minas Gerais – Cedraf-MG – pedido de providências para a criação de comitês estaduais intersetoriais de emergência para o combate à fome; Requerimento nº 5.376/2020, de autoria da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado ao Governo do Estado, à Secretaria-Geral do Estado, à Seplag, à Segov, à SEF, à Sedese, à Seapa, ao Consea-MG e ao Cedraf-MG pedido de providências para garantia da continuidade do Programa de Aquisição de Alimentos Emergencial de Gestão Estadual; Requerimento nº 5.378/2020, de autoria da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria-Geral do Estado, à Seplag, à Segov, à SEF, à Sedese, à Seapa, à SEE, ao Consea-MG, ao Cedraf -MG, ao Conselho de Alimentação Escolar de Minas Gerais – CAE-MG – e ao Conselho Regional de Nutricionistas da 9ª Região-MG – CRN-9 – pedido de providências para a regulamentação imediata da Lei nº 23.631, de 2 de abril de 2020, que dispõe sobre a adoção de medidas para o enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de covid-19; Requerimento nº 5.379/2020, de autoria da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à

Secretaria-Geral do Estado, à Seplag, à Segov, à SEF, à Sedese, à Seapa, ao Consea-MG e ao Cedraf-MG pedido de providências para a criação do Programa Emergencial de Segurança Alimentar – PSA; Requerimento nº 5.380/2020, de autoria do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências para que o pagamento dos recursos para custeio dos novos leitos de centro de tratamento e terapia intensiva – CTI –, montados para o enfrentamento do novo coronavírus, seja efetuado integralmente, independentemente de os leitos estarem ocupados ou não, uma vez que as instituições têm custos fixos para manter as equipes, que, necessariamente, precisam estar à disposição das unidades; Requerimento nº 5.381/2020, de autoria do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja editado um novo decreto incluindo o hospital da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes –, a fim de que o referido hospital seja contemplado com recursos para o enfrentamento do novo coronavírus; Requerimento nº 5.387/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à SEE pedido de providências para que se dê início urgente à assistência alimentar aos alunos matriculados na rede estadual de ensino, conforme dispõe o Projeto de Lei nº 1.777, de 2020; Requerimento nº 5.390/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à SES pedido de providências para que haja uma distribuição massiva de água sanitária para a população, em especial para os desempregados, os trabalhadores informais, as famílias pobres e para os seus segmentos mais vulneráveis, bem como se proceda a uma campanha massiva e ampla de esclarecimentos sobre o seu uso no combate à pandemia de covid-19; Requerimento nº 5.395/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à Sedese pedido de providências com vistas à implementação de medidas emergenciais para viabilizar atendimento e suporte social para as mulheres vítimas de violência durante o período de isolamento social; Requerimento nº 5.396/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à Sedese pedido de providências para assegurar a geração de emprego e renda investindo em grupos de economia solidária e nas pequenas e médias empresas locais, para a fabricação dos insumos e equipamentos necessários para o combate ao novo coronavírus, como máscaras, uniformes de profissionais de saúde, roupas de cama, instrumentos de limpeza e álcool em gel; Requerimento nº 5.397/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à Sedese pedido de providências para, urgentemente, colocar em dia os repasses do Piso Mineiro de Assistência Social relativos a 2020, as parcelas atrasadas de anos anteriores, bem como para garantir recursos extras para atender à população, em especial os seus segmentos mais vulneráveis, enquanto durar a pandemia de covid-19 e suas consequências no Estado; Requerimento nº 5.398/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à Sedese pedido de providências para que se dê início urgente ao pagamento da renda mínima emergencial estadual, aprovada pelo Projeto de Lei nº 1.777/2020; Requerimento nº 5.399/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à Sedese pedido de providências para a implementação de medidas para assistência e apoio aos trabalhadores desempregados, aos trabalhadores informais e àqueles que tiveram os seus salários reduzidos, bem como aos trabalhadores e pequenos produtores rurais; Requerimento nº 5.400/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à Sedese pedido de providências para a implantação mais rápida possível de medidas de combate ao desemprego e à desocupação, bem como de medidas de apoio para empresas que não demitirem seus trabalhadores; Requerimento nº 5.401/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à SES pedido de providências para a implantação de medidas que garantam a utilização de leitos de UTI particulares pelo Sistema Único de Saúde – SUS – para o atendimento de pessoas infectadas pelo novo coronavírus – covid-19; Requerimento nº 5.405/2020, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Embaixada do Brasil em La Paz, na Bolívia, pedido de providências para auxiliar estudantes brasileiros, vários de Formiga, Divinópolis, Itaúna e outros municípios mineiros, que se encontram em Santa Cruz de La Sierra e estão enfrentando dificuldades para retornar ao Brasil, em virtude do fechamento das fronteiras devido à pandemia de covid-19; Requerimento nº 5.407/2020, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A – BDMG – pedido de providências para que verifique a possibilidade de lançamento de linha de crédito, a juro zero, para os empreendedores ou microempresários de transporte escolar do Estado; Requerimento nº 5.408/2020, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado

à Federação Brasileira dos Bancos – Febraban – pedido de providências para intercessão junto às instituições financeiras para se proceder à suspensão de cobrança dos financiamentos de veículos comuns e utilitários enquanto durar a pandemia da covid-19; Requerimento nº 5.414/2020, de autoria do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado à SES pedido de providências para aumento no custeio destinado à ampliação dos leitos de retaguarda no hospital da Casa de Saúde Santa Fé – Rede Fhemig –, na cidade de Três Corações, com o objetivo de aliviar o Hospital São Sebastião, também nesse município, que é referência para o recebimento de pacientes com covid-19; Requerimento nº 5.418/2020, de autoria do deputado Fábio Avelar de Oliveira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à SEF pedido de providências para que sejam adotadas medidas para isenção dos impostos de competência estadual incidentes sobre os insumos e serviços destinados à confecção e distribuição de máscaras e equipamentos de proteção individual utilizados no combate à covid-19; Requerimento nº 5.421/2020, de autoria do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado à SES pedido de providências para que, considerando-se os estudos recentes sobre a possibilidade de a covid-19 ser caracterizada como zoonose, seja dado o apoio necessário à aprovação do projeto científico "Saúde única: busca de evidências acerca da associação entre a presença de sars-cov-2 em felinos com síndrome infecciosa do sistema respiratório felino e a atual pandemia de covid-19", apresentado na Chamada Fapemig nº 1/2020 – Programa Emergencial de Apoio a Ações de Enfrentamento da Pandemia Causada pelo Novo Coronavírus – e elaborado pelo laboratório institucional da UFMG, na Unidade Multidisciplinar e Multiusuária de Pesquisa Animal – Multilab; Requerimento nº 5.423/2020, de autoria da deputada Delegada Sheila, em que requer seja encaminhado à Copasa-MG pedido de providências para que seja restabelecido o fornecimento de água aos 656.575 clientes que tiveram o serviço suspenso, tendo em vista a necessidade da continuidade da prestação desse serviço essencial, especialmente durante a pandemia de covid-19 e o previsto no art. 11, I, da Lei nº 23.631, de 2020; Requerimento nº 5.424/2020, de autoria do deputado Cleitinho Azevedo, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, ao Comitê Gestor das Ações de Recuperação Fiscal, Econômica e Financeira do Estado de Minas Gerais – Comitê Extraordinário FIN covid-19 – e ao Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde do covid-19 – Comitê Extraordinário covid-19 – pedido de providências para que sejam implementadas, por meio dos órgãos competentes, medidas destinadas a viabilizar o funcionamento dos centros de formação de condutores no que tange às aulas teóricas, já que estas podem ser ministradas *online* aos alunos, por meio de videoaulas, conforme tem sido adotado em outros estados da Federação, podendo, se necessário, o Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – oportunizar nova abertura de chamamento de pessoas jurídicas para o procedimento homologatório de sistema eletrônico aplicável às aulas remotas, a fim de que novas empresas, além das já atualmente admitidas, possam ofertar seus serviços às autoescolas; Requerimento nº 5.427/2020, de autoria do deputado Cleitinho Azevedo, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que o Estado uniformize as medidas de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus a serem adotadas pelos estabelecimentos comerciais e industriais, conforme previsto no art. 7º, inciso IV, da Deliberação do Comitê Extraordinário covid-19 nº 17, de 22 de março 2020, na medida em que é primordial que os estabelecimentos adotem medidas uniformes, estipuladas com clareza e precisão pelo Poder Executivo para cada ramo de atividade, a exemplo dos instrumentos ou equipamentos de proteção que devem ser utilizados pelos funcionários de supermercados, mercadinhos e açougues, tais como luvas, além das medidas sanitárias a serem adotadas nesses estabelecimentos, a exemplo da distribuição de álcool em gel ou líquido aos funcionários, ou medida equivalente, para evitar a disseminação da doença; Requerimento nº 5.432/2020, de autoria do deputado Cleitinho Azevedo, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que o valor de R\$ 800 milhões, proveniente de disputa judicial em desfavor da construtora CR Almeida, destravado em favor do Estado, no presente mês, seja utilizado para o pagamento do décimo terceiro salário do funcionalismo público do Estado; Requerimento nº 5.434/2020, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Cidadania pedido de providências com vistas à criação de subsídios para os profissionais da cultura e de eventos do Estado de Minas Gerais, para o enfrentamento da crise financeira provocada pela covid-19; Requerimento nº 5.435/2020, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Cidadania pedido de providências com vistas a que sejam criados mecanismos para apoio financeiro

aos feirantes das feiras livres do Estado de Minas Gerais, incluindo-se artesões e agricultores familiares, enquanto perdurar a crise financeira provocada pela covid-19; Requerimento nº 5.440/2020, de autoria do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para o atendimento das seguintes solicitações da Associação Mineira de Rádio e Televisão – Amirt – e do Sindicato das Empresas de Rádio e TV de Minas Gerais – Sert-MG –, que ajudarão no enfrentamento desse momento de incertezas em que se encontra a radiodifusão mineira: definição de uma linha emergencial de recursos junto ao BDMG; pagamento no vigente mês de todas as notas fiscais com documentação em dia junto às agências e à Secretaria Especial de Comunicação Social – Secom –; adiantamento para as rádios de Minas Gerais de toda a verba de publicidade com previsão no ano de 2020, para os meses de abril, maio e junho; convênio com a Cemig para ser aumentada para 100% da conta de energia elétrica a troca por inserções comerciais em até 31/12/2020; e campanhas institucionais com a Copasa-MG, Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig, Loteria Mineira, Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig – e TVs educativas; Requerimento nº 5.444/2020, de autoria do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que sejam suspensas as cobranças de juros e multas dos impostos estaduais pelo período que durar o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia causada pelo novo coronavírus – covid-19 – em Minas Gerais; Requerimento nº 5.445/2020, de autoria do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de providências para que sejam suspensas as cobranças de juros e multas relativas ao pagamento dos impostos estaduais pelo período que durar o estado de calamidade pública devido à pandemia de covid-19; Requerimento nº 5.447/2020, de autoria do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado à SEF pedido de providências para que sejam liberados imediatamente os recursos relativos às emendas impositivas da SES e da Sedese para ações de enfrentamento ao novo coronavírus, causador da covid-19; Requerimento nº 5.450/2020, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que sejam adotadas as medidas necessárias ao atendimento do art. 14 da Lei nº 23.631, de 2/4/2020, que permite ao Estado viabilizar a negociação ou a interrupção dos descontos provenientes das consignações facultativas de que trata o art. 5º da Lei nº 19.490, de 13/1/2011, realizadas em folha de pagamento de servidor público ativo ou inativo ou pensionista

do Estado, bem como para que suspenda temporariamente o pagamento de prestações devidas em razão de programas habitacionais, como o Promorar, seguindo o exemplo de instituições financeiras como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, que anunciaram uma série de ações para ajudar a combater o efeito do novo coronavírus na economia dos cidadãos; Requerimento nº 5.451/2020, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que o valor correspondente à

contribuição do Estado seja imediatamente repassado ao Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPSM –, uma vez que, salvo o inciso II do § 1º do art. 4º, os demais artigos da Lei nº 10.366, de 1990, têm eficácia plena, pois não foram revogados e, por impossibilidade jurídica, não foram derogados e muito menos conflitam ou contrariam a Lei Federal nº 13.954, de 2019, ressaltando-se que o IPSM é o maior e mais importante instrumento de proteção social dos militares, que, neste momento, atuam com afinco nas ações de governo de combate à pandemia de covid-19. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 29 de abril, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 29 de abril de 2020.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

**ATA DA 48ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 29/4/2020**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa delibera: 1) Deliberação nº 2.741/2020 – dispõe sobre redução temporária do limite da verba indenizatória em razão de atividade inerente ao exercício do mandato parlamentar em função do estado de calamidade pública no Estado de Minas Gerais decorrente da pandemia de covid-19, causada pelo novo coronavírus; 2) Deliberação nº 2.742/2020 – regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Resolução nº 5.497/2015, que dispõe sobre a estrutura de cargos de provimento em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa e dá outras providências; 3) Deliberação nº 2.743/2020 – altera as Deliberações da Mesa nº 1.541/1998, que dispõe sobre a jornada de trabalho e o controle de frequência do servidor da Secretaria da Assembleia Legislativa; e 2.435/2008, que contém o Regulamento do Sistema de Estágio Profissionalizante na Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; 4) Deliberação nº 2.744/2020 – altera a Deliberação da Mesa nº 2.586/2014, que dispõe sobre a concessão de férias regulamentares no âmbito da Assembleia Legislativa. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo: ao deputado Tadeu Martins Leite, os seguintes processos, aprovados na forma dos projetos de resolução apresentados: Ofício nº 49/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, em que encaminha cópia do Decreto nº 17.334, de 20/4/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública no Município de Belo Horizonte, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 50/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Extrema, em que encaminha o Decreto nº 3.769/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 51/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Santa Luzia, em que encaminha o Decreto nº 3.553/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 52/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Cambuí, em que encaminha o Decreto nº 4/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 53/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Itajubá, em que encaminha o Decreto nº 7.801/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 54/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Montes Claros, em que encaminha o Decreto nº 4.016/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 55/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Coromandel, em que encaminha o Decreto nº 72/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 56/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Ibituripe, em que encaminha o Decreto nº 6.410/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 57/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Campo Belo, em que encaminha o Decreto nº 5.233/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 58/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, em que encaminha o Decreto nº 3.985/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 59/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves, em que encaminha o Decreto nº 31/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 60/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Santana do Paraíso, em que encaminha o Decreto nº 918/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 61/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Alfenas, em que encaminha o Decreto nº 2.537/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 62/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Almenara, em que encaminha o Decreto nº 231/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 63/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Salitre, em que encaminha o Decreto nº 28/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 64/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Caeté, em que encaminha o Decreto nº 76/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele

município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 65/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Cambuquira, em que encaminha o Decreto nº 2.439/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 66/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Jaboticatubas, em que encaminha o Decreto nº 3.707/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 67/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de São Gotardo, em que encaminha o Decreto nº 86/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 68/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de São José da Lapa, em que encaminha o Decreto nº 1.818/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 69/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso, em que encaminha o Decreto nº 5.566/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 70/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Bom Despacho, em que encaminha o Decreto nº 8.542/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 71/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Carmo da Cachoeira, em que encaminha o Decreto nº 8.431/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 72/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Centralina, em que encaminha o Decreto nº 17/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 73/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni, em que encaminha o Decreto nº 8.030/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 74/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Espinosa, em que encaminha o Decreto nº 65/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 75/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Guaranésia, em que encaminha o Decreto nº 2.059/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 76/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Viçosa, em que encaminha o Decreto nº 5.458/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 77/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Mário Campos, em que encaminha o Decreto nº 1.061/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 78/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Matozinhos, em que encaminha o Decreto nº 3.345/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 79/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Monte Azul, em que encaminha o Decreto nº 31/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 80/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Nazareno, em que encaminha o Decreto nº 2.975/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 81/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Novo Cruzeiro, em que encaminha o Decreto nº 46/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 82/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Pirapetinga, em que encaminha o Decreto nº 39/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 83/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Porto Firme, em que encaminha o Decreto nº 28/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 84/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Abaeté, em que encaminha o Decreto nº 65/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 85/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Araguari, em que encaminha o Decreto nº 62/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 86/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Arcos, em que encaminha o Decreto nº 5.552/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 87/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Bicas, em que encaminha o Decreto nº 1.158/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 88/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Campos Altos, em que encaminha o Decreto nº 523/2020, para

reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 89/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Conceição das Alagoas, em que encaminha o Decreto nº 44/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 90/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Goianá, em que encaminha o Decreto nº 28/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 91/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Governador Valadares, em que encaminha o Decreto nº 1.140/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 92/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Itabira, em que encaminha o Decreto nº 3.226/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 93/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Itaguara, em que encaminha o Decreto nº 1.632/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 94/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Itanhandu, em que encaminha o Decreto nº 4.633/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 95/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Itapeçerica, em que encaminha o Decreto nº 44/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 96/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de João Monlevade, em que encaminha o Decreto nº 39/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 97/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Manhuaçu, em que encaminha o Decreto nº 379/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 98/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Morro da Garça, em que encaminha o Decreto nº 3.351/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 99/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Nanuque, em que encaminha o Decreto nº 31/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 100/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Nova Serrana, em que encaminha o Decreto nº 34/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 101/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo, em que encaminha o Decreto nº 1.984/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 102/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Santos Dumont, em que encaminha o Decreto nº 3.322/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 103/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de São Francisco, em que encaminha o Decreto nº 13/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 104/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de São João del-Rei, em que encaminha o Decreto nº 8.645/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de covid-19; ao deputado Carlos Henrique, processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Tadeu Martins Leite referente a assistência à saúde – parecer favorável, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, é assinado o seguinte ato relativo ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 23.108, de 29/11/2018, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 22/4/2020, o servidor Antônio José Calhau de Resende, ocupante do cargo efetivo de analista legislativo – consultor. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 5 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 5 de maio de 2020.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

**ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 16/6/2020**

Às 9h6min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e, remotamente, os deputados Celinho Sintrocel, Betão (substituindo o deputado André Quintão, por indicação da liderança do BDL) e Professor Cleiton (substituindo o deputado Mário Henrique Caixa, por indicação da liderança do BMTH), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Celise Laviola e os deputados Virgílio Guimarães, Carlos Pimenta, Gil Pereira e Zé Reis. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os impactos no emprego em Minas Gerais provocados pela pandemia de covid-19, bem como a Medida Provisória nº 936 e outras propostas do governo federal para o trabalho e a renda. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Germano Luiz Gomes Vieira, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (28/5/2020); Bilac Pinto, secretário de Estado de Governo e Bruno Divino Rocha, presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Minas Gerais (12/3/2020); senador Rodrigo Pacheco, Assessoria do Gabinete do Senado Federal e Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo (28/5/2020). Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Tânia Cristina Teixeira, presidente do Conselho Regional de Economia de Minas Gerais – Corecon-MG-10ª Região – e Wadson Nathaniel Ribeiro, presidente do Diretório Estadual do Partido Comunista do Brasil – PCdoB. Estão presentes, de forma remota, os Srs. Leonardo Monteiro, deputado federal; Orlando Silva, deputado federal; Afonso Maria Rocha, superintendente do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais – Sebrae/MG, representando o presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae Minas, e Sebastião Soares, diretor-geral do Observatório Sindical Brasileiro Clodesmidt Riani. A presidência concede a palavra ao deputado Celinho Sintrocel, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.836/2020, do deputado André Quintão, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos decorrentes do licenciamento da Pequena Central Hidrelétrica de Coronel Américo Teixeira, da empresa Horizonte Têxtil, para a geração de renda da comunidade de Lapinha da Serra, Distrito de Santana do Riacho.

nº 6.838/2020, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado à Secretaria-Geral do Estado pedido de providências para que viabilize a negociação necessária para o fim da greve dos trabalhadores em hospitais do Estado, haja vista o momento de pandemia de covid-19, bem como para que sejam determinadas medidas para a melhoria das condições de trabalho desses profissionais e de proteção de todos trabalhadores da saúde contra a pandemia.

nº 6.841/2020, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para suspensão, por prazo indeterminado, de realização do recadastramento anual dos aposentados e pensionistas que integram a folha de pagamento de pessoal do Estado, devido à pandemia de coronavírus.

nº 6.857/2020, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que viabilize meios para o cuidado da população de rua, diante da propagação do coronavírus.

nº 6.871/2020, do deputado Betão, em que requer seja realizada audiência pública para debater os termos e as condições do novo acordo da Lei Kandir, assinado pelo governador do Estado em 19/5/2020, e seus impactos sobre as condições de trabalho e a remuneração dos servidores públicos estaduais.

nº 6.913/2020, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para que sejam realizadas obras de manutenção, recuperação e melhoria no pavimento da pista da rodovia LMG-108, no trecho que liga os Municípios de Mutum, Lajinha e Durandé.

nº 6.925/2020, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater a implantação da fábrica de células fotovoltaicas de lítio, coordenada pela Codemge e pela Oxis Energy, seus parâmetros, localização e investimentos e a sua transferência para o Vale do Jequitinhonha.

nº 7.025/2020, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja disponibilizada a frota de transporte escolar terceirizada para transportar servidores públicos estaduais envolvidos no combate à pandemia de covid-19.

nº 7.030/2020, dos deputados Celinho Sintrocel, André Quintão, Gustavo Valadares, da deputada Marília Campos e do deputado Mário Henrique Caixa, em que requerem seja realizada audiência pública para debater os impactos no emprego no Estado provocados pela pandemia de covid-19, bem como a Medida Provisória nº 936, de 2020, e outras propostas do governo federal para a área do trabalho e da renda.

nº 7.035/2020, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado à Advocacia-Geral do Estado – AGE – e à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que não seja iniciado nenhum processo administrativo nem haja notificação ou medida no intuito de constranger os servidores que fizeram opção remuneratória na forma do art. 23, § 4º, da Lei nº 21.710, de 2015, até manifestação judicial definitiva acerca de sua inconstitucionalidade.

nº 7.040/2020, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública para discutir o funcionamento das atividades econômicas essenciais, os protocolos adotados pelas empresas e a saúde e a segurança dos trabalhadores durante a pandemia de covid-19 no Estado.

nº 7.047/2020, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos da decisão do Supremo Tribunal Federal na ADI 5.267 MG, que declarou a inconstitucionalidade das normas que tratam da designação de servidores na área da educação em Minas Gerais.

nº 7.054/2020, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado em exercício de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre as medidas adotadas pela pasta para apoio às empresas e para fortalecimento do mercado de trabalho em Minas Gerais no período da pandemia de covid-19, bem como as medidas previstas para o pós-pandemia.

nº 7.055/2020, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as medidas adotadas para a geração de trabalho, emprego e renda a população mineira durante a pandemia de covid-19 e sobre as medidas planejadas para o pós-pandemia.

nº 7.056/2020, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater as medidas adotadas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico para a

geração de trabalho, emprego e renda e para apoio às empresas durante o período da pandemia, bem como as medidas previstas para serem adotadas no pós-pandemia;

nº 7.057/2020, do deputado Celinho Sintrocel e da deputada Marília Campos, em que requerem seja realizada audiência pública para debater as iniciativas já adotadas pelo Sebrae para apoio às micro e pequenas empresas no Estado, bem como suas propostas e desafios para a reestruturação do setor no pós-pandemia;

nº 7.058/2020, da deputada Marília Campos e do deputado Celinho Sintrocel, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a proposta de reforma da previdência dos servidores públicos estaduais encaminhada a esta Casa pelo governo do Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2020.

Marília Campos, presidente – Beatriz Cerqueira.



## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### RECEBIMENTO DE CORRESPONDÊNCIA

– Foi recebida, na 27ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, em 13/8/2020, a seguinte mensagem, que encaminha os seguintes projeto de lei e requerimento ordinário:

#### MENSAGEM Nº 93/2020

Belo Horizonte, 13 de agosto de 2020.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Com meus cordiais cumprimentos, encaminho a Vossa Excelência, para apreciação e deliberação dessa egrégia Assembleia, projeto de lei que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da unidade orçamentária Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

O projeto de lei tem por objetivo como enuncia sua ementa autorizar o Poder Executivo a abrir crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da unidade orçamentária Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais até o limite de R\$62.500.000,00 (sessenta e dois milhões e quinhentos mil reais), o qual se destina a atender despesas de Pessoal e Encargos Sociais, até o valor de R\$46.000.000,00 (quarenta e seis milhões de reais); outras Despesas Correntes, até o valor de R\$5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais); Investimentos, até o valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais); e Inversões Financeiras, até o valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Para tanto, serão utilizados recursos da anulação de dotações orçamentárias do grupo de Pessoal e Encargos Sociais, da fonte de Recursos Ordinários, até o valor de R\$48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais); da anulação de dotações orçamentárias do grupo de Outras despesas Correntes, da fonte de Recursos Ordinários, da procedência de Recursos Recebidos para Auxílios Doença, Funeral, Alimentação, Transporte e Fardamento até o valor de R\$6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais); do excesso de arrecadação da receita da Contribuição Patronal para Fundo Financeiro de Previdência – Funfip, até o valor de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais); do excesso de arrecadação da receita da Contribuição de Servidor para Funfip, até o valor de R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais).

É importante esclarecer que este crédito suplementar não atribui valores adicionais ao orçamento do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, apenas realoca, dentro do próprio órgão, recursos já aprovados por este Parlamento quando da tramitação da

Lei Orçamentária Anual. A alteração proposta objetiva somente flexibilizar a gestão orçamentária para permitir que o Parquet adote medidas para o enfrentamento do estado de CALAMIDADE PÚBLICA decorrente da pandemia da COVID-19, causada pelo Coronavírus.

Segundo ofício do Procurador-Geral de Justiça, que acompanha o projeto “o Ministério Público vem demandando a necessária instrumentação e o aparelhamento para elaborar e executar suas atividades nas diversas áreas de sua atuação, especialmente relacionadas à saúde, ao patrimônio público, ao consumidor, à criança e adolescente, à educação e à área criminal, as quais têm demandado ações e medidas urgentes, de relevante interesse público, ora ainda mais avivados pela pandemia.”

A tramitação do projeto de lei ora proposto é extremamente oportuna e configura-se como importante e necessária medida para a continuidade das atividades institucionais do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, principalmente por causa da crise sanitária decorrente da pandemia da COVID-19.

Solicito, ainda, a essa egrégia Assembleia, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos do art. 285 do Regimento Interno dessa Casa, a retirada do Projeto de Lei nº 2.136, de 2020, de minha autoria, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

São essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a propor o projeto de lei.

Na oportunidade, reitero meu apreço e consideração a Vossa Excelência e à Assembleia Legislativa.

Romeu Zema Neto, Governador do Estado.

– O ofício do procurador-geral de justiça a que se refere a mensagem está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/522/868/1522868.pdf>

#### PROJETO DE LEI Nº 2.141/2020

Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da unidade orçamentária Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da unidade orçamentária Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, até o limite de R\$62.500.000,00 (sessenta e dois milhões e quinhentos mil reais), para atender a:

I – Pessoal e Encargos Sociais, até o valor de R\$46.000.000,00 (quarenta e seis milhões de reais);

II – Outras Despesas Correntes, até o valor de R\$5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais);

III – Investimentos, até o valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);

IV – Inversões Financeiras, até o valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Art. 2º – Para atender ao disposto no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes:

I – da anulação de dotação orçamentária, do grupo de despesas de Pessoal e Encargos Sociais, da fonte de recursos ordinários para livre utilização, até o valor de R\$48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais);

II – da anulação de dotação orçamentária, do grupo de despesas de Outras Despesas Correntes, da fonte de recursos ordinários para Auxílios Doença, Funeral, Alimentação, Transporte e Fardamento, até o valor de R\$6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais);

III – do excesso de arrecadação da receita da Contribuição Patronal para Fundo Financeiro de Previdência – Funfip, até o valor de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais);

IV – do excesso de arrecadação da receita da Contribuição de Servidor para Funfip, até o valor de R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais).

Art. 3º – A aplicação desta lei observará o disposto no art. 169 da Constituição da República e as normas pertinentes da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

– Publicado, vai o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 204 do Regimento Interno.

### REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 886/2020

Do governador do Estado, em que requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 2.136/2020.

### DESPACHO DE REQUERIMENTOS

– A presidente deferiu, na 27ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura, em 13/8/2020, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário nº 886/2020, do governador do Estado, em que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 2.136/2020 (Arquive-se o projeto.).

### COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

– A presidente, na 27ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura, em 13/8/2020, leu a seguinte comunicação:

#### “Comunicação da Presidência

“A presidência informa ao Plenário que, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes publicado no *Diário do Legislativo* de 21/3/2020, foram aprovados conclusivamente pela Mesa da Assembleia os Requerimentos nºs 5.794 a 5.798, 5.821, 5.823 a 5.832, 5.869 e 5.982, da Comissão de Participação Popular, o Requerimento nº 5.882/2020, do deputado Sargento Rodrigues, os Requerimentos nºs 5.895 a 5.901, 5.914, 5.915, 6.008, 6.010 e 6.011/2020, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, o Requerimento nº 5.924/2020, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, o Requerimento nº 6.082/2020, do deputado Bosco, os Requerimentos nºs 6.119, 6.124 e 6.125/2020, do deputado Elismar Prado, e o Requerimento nº 6.121/2020, do deputado Betão. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.”.



### MATÉRIA ADMINISTRATIVA

#### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 11/8/2020, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Ademir Eustaquio Teles, padrão VL-41, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Elismar Prado;

exonerando Anderson Martins dos Santos, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

exonerando Angela Aparecida Caetano Souza, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Elismar Prado;

exonerando Ariolene Feacador de Assis, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Sandro;

exonerando Átila de Jesus e Souza, padrão VL-38, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Noraldino Júnior;  
exonerando Caio Bellote Delgado Marczuk, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Liberdade e Progresso;

exonerando Célio Marques Garcia, padrão VL-32, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Elismar Prado;  
exonerando Cristina Tolentino Trindade, padrão VL-31, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Andreia de Jesus;  
exonerando Darci Santos de Freitas, padrão VL-20, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Marquinho Lemos;  
exonerando Deborah Rubiana de Souza, padrão VL-22, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Wendel Mesquita;

exonerando Douglas Isaias Cardoso, padrão VL-12, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Cleiton;  
exonerando Edson Alves dos Santos, padrão VL-20, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Marquinho Lemos;  
exonerando Ercílio Confort Lorena, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Ulysses Gomes;  
exonerando Fabiano Galletti Tolentino, padrão VL-51, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Mitre;  
exonerando Filipe Augusto Batista de Souza, padrão VL-36, 6 horas, com exercício na Comissão de Minas e Energia;  
exonerando Geovane Bezerra de Lacerda, padrão VL-31, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Democracia e Luta;

exonerando Geraldo Gonçalves do Vale, padrão VL-31, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Sou Minas Gerais;

exonerando Gillianno Gilles Ferreira, padrão VL-18, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;  
exonerando Gustavo da Silva Pires, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Vice-Liderança do Bloco Democracia e Luta, vice-líder deputado Elismar Prado;

exonerando Gustavo Dornas Barbosa, padrão VL-26, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Mitre;  
exonerando Itamar André dos Santos, padrão VL-39, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Hely Tarquínio;  
exonerando Janaína Macruz Inácio, padrão VL-31, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Andreia de Jesus;  
exonerando Jefferson da Silva Januario, padrão VL-15, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Noraldino Júnior;  
exonerando Jimmy Diogo Silva Murça, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;  
exonerando João Mauro Bernardo, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Ulysses Gomes;  
exonerando Juliana Ellen de Sales, padrão VL-25, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;  
exonerando Kênia Márcia Alves Ribeiro, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Andreia de Jesus;  
exonerando Larissa Amorim Borges, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Andreia de Jesus;  
exonerando Larissa Salles Lafetá, padrão VL-54, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Arlen Santiago;  
exonerando Lauana Nara Chantal de Castro, padrão VL-33, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Andreia de Jesus;

exonerando Lavater Pontes Junior, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

exonerando Leida Maria Silva Oliveira, padrão VL-18, 6 horas, com exercício no Bloco Minas Tem História;

exonerando Leonardo Alves dos Santos, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Mitre;

exonerando Lucas Diego Simão Burlamaque, padrão VL-29, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bruno Engler;

exonerando Luis Carlos Aquino da Silva, padrão VL-12, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Rafael Martins;

exonerando Luiz Carlos Miranda de Menezes, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Sandro;

exonerando Marcos Antonio Vitorino, padrão VL-11, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Noraldino Júnior;

exonerando Maria Clara Silveira de Azevedo, padrão VL-25, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Elismar Prado;

exonerando Maria Isabel Silva Dimas, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Virgílio Guimarães;

exonerando Mário Douglas Oliveira Dias, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Ulysses Gomes;

exonerando Mauro Soares David, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gil Pereira;

exonerando Nikolas Ferreira de Oliveira, padrão VL-29, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bruno Engler;

exonerando Norival Francisco de Lima, padrão VL-22, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Antonio Carlos Arantes;

exonerando Paulo Sérgio Pena Felix, padrão VL-49, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Delegada Sheila;

exonerando Raquel Tavares Morato Moreira, padrão VL-29, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Sandro;

exonerando Renato Lopes Santos de Carvalho, padrão VL-15, 8 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

exonerando Ricardo Inácio Godinho, padrão VL-25, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Rafael Martins;

exonerando Rogério Bernardes Bueno, padrão VL-22, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Cleiton;

exonerando Sávio do Carmo Lapa Santos, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Thiago Cota;

exonerando Sidiney Pereira da Silva, padrão VL-20, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gil Pereira;

exonerando Sivanilton Quintanilha, padrão VL-21, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Celinho Sintrocetel;

exonerando Thiago Felipe de Almeida, padrão VL-17, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Virgílio Guimarães;

exonerando Valdecir Lopes Viana, padrão VL-48, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Democracia e Luta;

exonerando Vanderlei Sérvulo de Araújo, padrão VL-12, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Cleiton;

exonerando Vanderson Estevão Sobrinho, padrão VL-20, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Elismar Prado;

exonerando Vera Maria Vaz de Mello, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

exonerando Vinícius Alfredo de Andrade, padrão VL-28, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Rafael Martins;

exonerando Wanderley de Oliveira Almeida, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Ana Paula Siqueira;

exonerando William dos Santos, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

exonerando Wilson Francisco Nepomuceno, padrão VL-11, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Delegada Sheila;

exonerando Zander da Silva Morais, padrão VL-43, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bruno Engler;

nomeando Adriana Aparecida dos Reis Bessa, padrão VL-41, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Agostinho Gertrudes de Oliveira Neto, padrão VL-24, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Mitre;

nomeando Anderson Martins dos Santos, padrão VL-31, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Ariolene Feacador de Assis, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Arlete Pereira, padrão VL-15, 8 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

nomeando Bruno Montarros Neto Almeida, padrão VL-20, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Mitre;

nomeando Cícero Barbosa Machado, padrão VL-20, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cristiano Silveira;

nomeando Eugenio Carlos de Paula, padrão VL-44, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Arlen Santiago;

nomeando Ivonete de Cassia Pereira, padrão VL-53, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gil Pereira;

nomeando Leonardo do Carmo de Oliveira Mateus, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Vice-Liderança do Bloco Democracia e Luta, vice-líder deputado Elismar Prado;

nomeando Ligiane Fraiver da Silva, padrão VL-20, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Elismar Prado;

nomeando Maria Aparecida do Carmo Parreiras Santos, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Thiago Cota;

nomeando Marta de Souza Alves, padrão VL-14, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cristiano Silveira;

nomeando Ricardo Teixeira Silva Junior, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Virgílio Guimarães;

nomeando Vera Lúcia de Sá Pereira, padrão VL-25, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Rafael Martins;

nomeando Vinícius Alfredo de Andrade, padrão VL-36, 6 horas, com exercício na Comissão de Minas e Energia;

nomeando Vinícius Toledo Vieira, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Wendy Alves da Silva, padrão VL-12, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Rafael Martins.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas no art. 1º, II, “a”, da Lei Complementar Federal nº 51, de 20/12/1985, com a redação dada pela Lei Complementar Federal nº 144, de 15/5/2014, observados o § 2º do artigo 71 e o artigo 72 da Lei Complementar Estadual nº 129, de 8/11/2013, em consonância com o inciso II do § 4º do art. 40 da Constituição Federal, as conclusões do Parecer nº 5.215, de 16/6/2011, da Procuradoria-Geral desta Casa e a resposta do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais à Consulta nº 862.633, formulada por esta Assembleia Legislativa ao referido Tribunal, e demais disposições legais aplicáveis, observados os termos das Leis Estaduais nºs 15.014, de 15/1/2004, e 23.603, de 13/3/2020, da Lei Complementar Estadual nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 30/7/2020, o servidor Fernando Gonçalves Oliveira, CPF nº 509.978.826-20, ocupante do cargo efetivo de técnico de apoio legislativo – policial legislativo masculino, padrão VL-62, classe especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c artigo 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis Estaduais nºs 15.014, de 15/1/2004, e 23.603, de 13/3/2020, da Lei Complementar Estadual nº 64, de 25/3/2002, dos artigos 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 4/8/2020, o servidor José Carlos de Jesus, CPF nº 560.096.666-00, ocupante do cargo efetivo de agente de execução das atividades da Secretaria, padrão VL-46, classe especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c artigo 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis Estaduais nºs 15.014, de 15/1/2004, e 23.603, de 13/3/2020, da Lei Complementar Estadual nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 5/8/2020, o servidor Júlio César dos Santos Esteves, CPF nº 501.275.276-72, ocupante do cargo efetivo de procurador, padrão VL-72, classe especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

### **AQUISIÇÃO ATRAVÉS DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

#### **Número do processo no Portal de Compras: 1011014 129/2020**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Compwire Informática Ltda. Objeto: fornecimento, instalação e configuração de sistema de armazenamento (tipo *storage*) e *kit* de expansão e transferência de conhecimento. Dotações orçamentárias: 1011.01.031.729.4239.0001.4.4.90 (10.1) e 1011.01.031.729.4239.0001.3.3.90 (10.1).

Licitação: adesão à Ata de Registro de Preços do Tribunal Regional de Trabalho da 18ª Região – Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 036/2019.

### **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

#### **Número do processo no Portal de Compras: 1011014 119/2020**

Objeto: aquisição de 300 exemplares do livro *Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho*.

Em 11/8/2020, os Srs. presidente e 1º-secretário ratificaram, nos termos do art. 26, *caput*, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, o Processo nº 1011014 119/2020, com licitação declarada inexigível, nos termos do art. 25, *caput*, do mesmo diploma legal, bem como autorizaram a despesa em favor da empresa AC Produções Ltda. – ME.

**AVISO DE LICITAÇÃO****Pregão Eletrônico nº 048/2020****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 124/2020**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 1º/9/2020, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada para fornecimento, sob demanda, de arranjos de flores e ornamentos.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br).

Belo Horizonte, 13 de agosto de 2020.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

**TERMO DE CONTRATO 36/2020****Número no Siad: 9252003/2020**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Transat Telecomunicações Via Satélite Eireli. Objeto: provimento de capacidade espacial em satélite geoestacionário que opere em banda C, para viabilizar a prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens pela TV Assembleia em municípios do Estado de Minas Gerais. Vigência: 60 meses contados a partir da data de assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 30/2020. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3.3.90 (10.1).

**TERMO DE CONTRATO Nº 37/2020**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: C E O Clínica e Estética em Odontologia Ltda. – ME. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica aos deputados e ex-deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e aos respectivos dependentes. Vigência: 60 meses contados a partir da data de assinatura. Licitação: inexigível, por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239 0001-3.3.90 (10.1).

**TERMO DE CONTRATO 40/2020****Número no Siad 9258844/2020**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Justino Davino Peres – EPP. Objeto: fornecimento de placas em aço inox aisi 304, gravadas pelo processo de fotocorrosão, espessura de 1mm, com gravação em alto-relevo espelhado e baixo-relevo fosco e pintura em uma cor, medindo 30cm x 20cm, com estojo de material resistente, revestido de veludo preto tipo expositor (autoexpositor) medindo 39cm x 29cm, com a base da placa medindo 36cm x 26cm. Vigência: 12 meses contados a partir da data de assinatura. Licitação: dispensável, nos termos do art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729-4.239.0001.3.3.90 (10.1).

**TERMO DE ADITAMENTO Nº 65/2020****Número no Siad: 9250261/2020**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais. Objeto: seguro de veículos, tipo frota, com abrangência em todo o território nacional. Objeto do aditamento: alteração dos veículos segurados. Vigência: de 29/6/2020 a 25/6/2021. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3390.10.1.

**ERRATAS****ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 11/8/2020**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 13/8/2020, na pág. 13, sob o título “Requerimentos”, no despacho do Requerimento nº 6.082/2020, onde se lê:

“(– À Comissão de Defesa do Consumidor.)”, leia-se:

“(– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)”.

E, nas págs. 15 e 16, nos resumos dos Requerimentos nºs 6.124 a 6.125/2020, onde se lê:

“1º de outubro de 2010”, leia-se:

“1º de outubro de 2020”.

**ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 13/8/2020, na pág. 34, onde se lê:

“Janio Ferreira de Souza”, leia-se:

“Janio Ferreira de Sousa”.